



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**JANAYNA SANTOS DE SOUSA COSTA**

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DOS  
MUNICÍPIOS AMAPAENSES**

**Macapá  
2016**

JANAYNA SANTOS DE SOUSA COSTA

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS  
AMAPAENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Meio Ambiente e Planejamento.

Orientador: Wardsson Lustrino Borges.

**Macapá  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

361

C838a

Costa, Janayna Santos de Sousa.

Avaliação do grau de desenvolvimento dos municípios amapaenses / Janayna Santos de Sousa; orientador, Wardsson Lustrino Borges. -- Macapá, 2016. 84 p.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Indicadores sociais - Amapá - Amazônia. 2. Desenvolvimento regional. I. Borges, Wardsson Lustrino, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

**JANAYNA SANTOS DE SOUSA COSTA**

**AVALIAÇÃO DO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS  
AMAPAENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, para obtenção de Título de Mestre em Desenvolvimento Regional, na Área de Meio Ambiente e Planejamento.

Banca Examinadora

---

Drº. Wardsson Lustrino Borges Orientador –Embrapa  
Amapá

---

Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão Avaliador Titular  
Interno – UNIFAP

---

Dr<sup>a</sup>. Ana Elisa Alvim Dias Montagner Avaliador Titular  
Externo – Embrapa Amapá

Aprovado em:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Conceito:\_\_\_\_\_

**Macapá  
2016**

## **Dedico**

Ao meu filho, Pedro Costa, por todas as horas que o privei de minha presença e ao meu marido, Yanko Costa, por todas as vezes que me substituiu, com muito amor, nessa difícil missão.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pela chance de melhoramento e crescimento nessa vida.

À Embrapa Amapá por possibilitar a infraestrutura necessária à pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq pelo financiamento do projeto Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA-AP), do qual faço parte.

À Universidade Federal do Amapá, pela oportunidade.

Ao Wardsson Lustrino Borges, pela orientação, paciência, amizade e dedicação, sem as quais teria sido muito difícil a conclusão do curso.

Ao professor Dr<sup>o</sup> Antônio Sérgio Monteiro Filocreão e à pesquisadora Dr<sup>a</sup> Ana Elisa Alvim Dias Montagner, pelas contribuições na banca do exame de qualificação.

Aos professores Dr<sup>o</sup> José Francisco C. Ferreira e Dr<sup>o</sup> Roni Mayer Lomba pela disponibilidade de tempo para as sugestões feitas ao trabalho.

Aos docentes e discentes do MDR, pelo conhecimento e experiência partilhados.

A todos os meus amigos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá- Rurap, pelas contribuições, me enviando material de vários municípios para enriquecer minha pesquisa, em especial Heidy Brito, Fábio Heitor, Brenda Martel, Rosivaldo Cordeiro, Fátima Azevedo, Josélio, Bruno Leonardo, Eraldo, Wesley Silva e Thyago Magnum.

Ao meu primo, José Carlos, pela ajuda indispensável na formatação da dissertação.

Aos amigos Eduardo Heinzen e Bruna Viana Soares, pela inspiração e incentivo em todos os momentos da pós-graduação, desde a inscrição à defesa da dissertação.

À toda minha família, mãe, vó, sogra, tios, primos e cunhados, que me incentivaram e entenderam minha ausência nos momentos familiares.

Ao meu pequeno Pedro Costa Rocha de Sousa, que mesmo em sua pouca idade, sempre entendeu que horário de estudar era sagrado, e mamãe não podia brincar.

À Yanko Costa Rocha, meu marido, que sempre acredita e diz que é possível vencer todos os obstáculos que aparecem em nossas vidas.

## RESUMO

O presente trabalho foi realizado com os 16 municípios do Amapá, estado localizado na região Norte do Brasil e teve como objetivo analisar comparativamente o desenvolvimento destes, através da análise de três grupos de indicadores, os fatores condicionantes, características e efeitos ou consequências do processo de desenvolvimento. Fatores condicionantes são aqueles que são considerados essenciais para que ocorra o desenvolvimento. Características do desenvolvimento agregam indicadores relacionados à maneira e/ou opções de como executar as ações no processo de desenvolvimento. O terceiro grupo de indicadores refere-se aos efeitos ou consequências do processo de desenvolvimento sobre os indicadores de qualidade de vida da população e sobre o meio ambiente, admitindo-se que a combinação das características com a base territorial diversa produz resultados econômicos e sociais também diversos. Coletou-se dados para diferentes indicadores disponíveis que poderiam ser utilizados para a aferição do grau de desenvolvimento dos municípios do Estado. Após a coleta realizou-se uma seleção dos indicadores considerando sua importância para o desenvolvimento e qualidade da informação que cada um fornecia, para comparação dos municípios, através de análise de correlação. Posteriormente foram realizadas análises de agrupamento para identificar as distâncias entre os municípios do Estado do Amapá. Pontuando as seguintes questões: Quais fatores condicionantes são mais marcantes para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amapá? Quais as características do processo de desenvolvimento dos municípios amapaenses? Quais as principais consequências do desenvolvimento para a população dos municípios do Estado do Amapá? Conclui-se que Macapá e Santana possuem os melhores indicadores relacionados aos condicionantes do desenvolvimento tanto ligados à renda, ao isolamento, razão de dependência quanto à educação. Porto Grande se destaca com o maior número de estabelecimentos agropecuários nos indicadores relacionados à agricultura familiar. Macapá se destaca mais uma vez com relação às características do desenvolvimento, nos indicadores relacionados à saúde e a frota de veículos. Na atividade agrícola Laranjal do Jari se sobressai com o maior valor de produção por hectare. Itaubal apresenta a menor área desmatada nos indicadores ambientais e Porto Grande a maior. O município de Serra do Navio apresenta indicadores que sinalizam para melhorias das condições de vida e da escolaridade e os municípios de Laranjal do Jari e Santana, para elevação da renda e redução da pobreza. O município de Mazagão apresenta os piores indicadores relacionados à melhorias das condições de vida e da escolaridade. Por fim, Macapá apresenta os melhores resultados em todos os indicadores dos efeitos do processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Indicadores. Amazônia. Desenvolvimento Regional.

## ABSTRACT

This work was accomplished with the 16 municipalities of Amapá state located in northern Brazil and had aimed at comparative analysis of their development through the analysis of three groups of indicators, the conditioning factors, characteristics and effects or process the consequences of development. Conditioning factors are those that are considered essential for development to occur. Development features add indicators related to the manner and / or options of how to perform the actions in the development process. The third group of indicators refers to the effects or consequences of the development process on the population's quality of life indicators and on the environment, assuming that the combination of features with diverse territorial base produces economic and social results also several. Collected up data for different indicators available that could be used for measuring the degree of development of the municipalities of state. After collecting it was held a selection of indicators considering their importance for development and quality of the information that each provided, for comparison of the municipalities, through correlation analysis. Subsequently they were accomplished cluster analysis (sorting and clusters) to identify the distances between the municipalities of Amapá. Punctuating the following questions: What conditioning factors are most significant for the development of the State of Amapá municipalities? What are the development process characteristics of Amapá municipalities? What are the main consequences of the development for the people of the State of Amapá municipalities? It is concluded that Macapá and Santana has the best conditions of development indicators related to income, in isolation, dependency ratio and education. Porto Grande stands out with the largest number of agricultural establishments in indicators related to family farming. Macapá stands out once again with respect to health facilities and vehicle fleet. In Jari Laranjal agriculture excels with the highest value of production per hectare. Itaubal has the smallest area deforested in environmental indicators and Porto Grande most. Finally, Macapá presents the best results in all indicators of the effects of the development process. The municipality of Serra do Navio presents indicators that signal to "improvements in living conditions" and "education" and the municipalities of Laranjal do Jari and Santana, to "increase in income and poverty reduction". The city of Mazagan, recorded the worst results in the "improvement of living conditions" and in "education".

Key words: Indicators. Amazonia. Regional Development.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REVISÕES DE LITERATURA.....</b>	<b>12</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO VERSUS CRESCIMENTO.....	12
2.2	DIFERENTES ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO.....	13
2.3	O ESTADO DO AMAPÁ.....	19
2.4	HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS AMAPAENSES.....	22
2.4.1	Itaubal .....	22
2.4.2	Mazagão.....	23
2.4.3	Porto Grande .....	23
2.4.4	Serra do Navio.....	24
2.4.5	Tartarugalzinho.....	25
2.4.6	Ferreira Gomes.....	26
2.4.7	Calçoene .....	26
2.4.8	Amapá.....	27
2.4.9	Oiapoque .....	28
2.4.10	Laranjal do Jari.....	28
2.4.11	Vitória do Jari.....	29
2.4.12	Pracuúba.....	30
2.4.13	Cutias.....	30
2.4.14	Pedra Branca do Amapari.....	31
2.4.15	Santana.....	31
2.4.16	Macapá.....	32
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>36</b>
4.1	FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO.....	36
4.2	CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO.....	51
4.3	EFEITOS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.....	62
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>73</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O termo desenvolvimento pode ter vários significados, e um deles é ser entendido como um processo de evolução, crescimento e mudança para etapas ou estágios superiores, de um objeto, pessoa ou situação específica em determinadas condições. O desenvolvimento geralmente aplica-se a uma economia ou sociedade nacional, mas extrapolações para espaços maiores, como desenvolvimento asiático ou menores, como desenvolvimento regional ou desenvolvimento rural são comuns e para tornar mais clara sua compreensão pode-se utilizar de adjetivos. O desenvolvimento também pode ser aplicado a situações objetivas como o desenvolvimento de um país ou de uma cidade (OLIVEIRA, 2002). Neste sentido, o desenvolvimento se mede tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, já que se procura mensurar quantidade de habitantes em um espaço, qualidade de vida dessas pessoas, a relação delas com a natureza, nível de renda, etc.

Acredita-se que a trajetória histórica que uma região percorre durante a sua formação, a riqueza inerente a cada lugar e a base demográfica são pontos fundamentais para entender seu estado atual de desenvolvimento. Alguns autores afirmam que para que haja desenvolvimento, tem que haver necessariamente um processo de crescimento da renda por habitante, ou da produtividade, para que naturalmente ocorra o desenvolvimento em todos os seus segmentos, levando assim ao desenvolvimento rural, local, regional, político e/ou humano. Melo e Parré (2007) destacam que a mensuração do desenvolvimento não é tarefa simples, pois envolve muitas transformações, fazendo-se necessário levantar uma série de indicadores qualitativos e quantitativos relacionados a fatores demográficos, sociais, econômicos e ambientais que possam auxiliar no estudo do processo. Bresser-Pereira (2006) diz que somente a utilização de indicadores não é suficiente para estudar o desenvolvimento, destacando que é necessário incorporar um estudo do processo histórico de evolução de cada local.

Uma abordagem considerada bastante ampla que leva em consideração fatores condicionantes, características e efeitos ou consequências do processo de desenvolvimento tem sido utilizada por alguns autores em análise empírica do grau de desenvolvimento (KAGEYAMA, 2008). Fatores condicionantes do processo de desenvolvimento são aqueles considerados essenciais para que ocorra o desenvolvimento. Estes caracterizam as diferenças territoriais em termos de base demográfica e econômica, fruto das possíveis diferenças nas trajetórias históricas dos processos de transformação das atividades e da população.

Características do processo de desenvolvimento agregam indicadores relacionados à maneira e/ou opções selecionadas pela população do território, quanto às atividades e de que forma executá-las no processo de desenvolvimento. O terceiro grupo de indicadores refere-se aos efeitos ou consequências do processo de desenvolvimento sobre os indicadores de qualidade de vida da população e do meio ambiente, admitindo-se que a combinação dos condicionantes com as características produz efeitos ou consequências econômicos, ambientais e sociais diversos.

O Estado do Amapá é um dos sete estados da região Norte do Brasil. Apesar de apresentar inúmeras potencialidades do ponto de vista dos recursos naturais o produto interno bruto (PIB) em 2013 alcançou apenas R\$ 12 bilhões, representando 0,2% do PIB nacional. O setor terciário é o setor de maior participação no PIB do Estado (86,8%). Ainda não há uma verdadeira economia industrial no Estado, de forma que o setor secundário representa apenas 10% do PIB. O setor primário é o de menor participação na economia, representando 3,2% do PIB (IBGE, 2013). Imagina-se que existem diversas possibilidades de desenvolvimento no Estado, e quanto mais informações estiverem disponíveis para os agentes de transformação, sejam eles o poder público ou privado, mais ações poderão ser organizadas com o intuito de desenvolver os municípios do Estado do Amapá.

Tendo como hipótese que os municípios do Estado do Amapá apresentam diferenças marcantes em relação ao nível de desenvolvimento atual, neste estudo objetivou-se analisar comparativamente o grau de desenvolvimento dos dezesseis municípios do Estado do Amapá através da análise de diferentes indicadores. Pontuando as seguintes questões: Quais os condicionantes do desenvolvimento dos municípios do Estado do Amapá? Quais as características do desenvolvimento dos municípios amapaenses? Quais as principais consequências do desenvolvimento para a população dos municípios do Estado do Amapá?

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Dada à sinonímia e a complexidade, desenvolvimento até os dias de hoje é confundido com crescimento. Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda, crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar. Na segunda corrente estão os modelos econômicos de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto. Nestes modelos o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

Mensurar somente o crescimento econômico de uma região, aquele relacionado a renda ou produto, não contempla as várias dimensões de desenvolvimento que um local é capaz de apresentar, mascarando resultados que podem ser tão negativos quanto positivos. Segundo Favareto (2006) quando ocorre somente o crescimento econômico pode haver incremento na desigualdade entre classes, já que outras dimensões de desenvolvimento não são obrigatoriamente contempladas. Para Schumpeter (1911) e Bresser-Pereira (2008) o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Um país com elevados índices de Renda Nacional Bruta (RNB) que possua um número elevado de indústrias e empresas poluidoras tão alto quanto sua renda, pode fazer com que inúmeras doenças diminuam a expectativa de vida de seus moradores, fazendo com que haja crescimento econômico, porém, levando a uma piora na qualidade de vida dos habitantes.

Bresser-Pereira (2008) entende que crescimento econômico e desenvolvimento econômico são sinônimos. Este autor acredita que quando acontece o aumento da renda per capita em um determinado local, os padrões de vida da população são naturalmente elevados, o que por consequência causa desenvolvimento político, social, regional e econômico, exceto em países com a doença holandesa<sup>1</sup>. Porém ele faz diferença entre desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Doença Holandesa: em economia, refere-se a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os

econômico e desenvolvimento, aquele relacionado ao progresso geral, como vemos na citação a seguir:

O desenvolvimento econômico visa atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente. Por isso, é importante não confundi-lo com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos (Bresser-Pereira, 2006).

Sachs (2004) diferencia desenvolvimento de crescimento econômico, entendendo que os objetivos do desenvolvimento vão além da multiplicação da riqueza material e afirma que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, muito menos é um objetivo em si mesmo, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. Amartya Sen entende desenvolvimento como sendo aquele que promove a efetiva apropriação das três gerações de direitos humanos, que são, I) direitos políticos, civis e cívicos; II) direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno; e III) os direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento (sustentável).

## 2.2 DIFERENTES ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO

Atualmente existem várias abordagens sobre desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento rural, desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial, etc. O termo desenvolvimento sustentável foi proposto nos anos 1980, no relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa comissão foi criada pela ONU, teve como intuito analisar o modelo de desenvolvimento adotado no mundo, naquele momento e propor orientações no sentido da construção de um novo modelo que permitisse harmonizar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente.

No relatório, posteriormente denominado Relatório de Brundtland, desenvolvimento sustentável foi conceituado como: modelo de desenvolvimento que procura atender as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender suas próprias necessidades (NOSSO FUTURO COMUM/ RELATÓRIO BRUNTLAND, 1987). Sendo então, o modelo de desenvolvimento que não esgota os

---

possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar – o que em longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento econômico.

recursos naturais, conciliando crescimento econômico com preservação ambiental. Sachs (2004) descreve o que seriam os cinco pilares do desenvolvimento sustentável:

- a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta;
- b) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos);
- c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam e,
- e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença. (SACHS, p.15-16).

O desenvolvimento sustentável engloba não só a questão ambiental, mas também a social, quando prega pela melhoria na qualidade de vida da população. Para Canepa (2007) o desenvolvimento sustentável caracteriza-se como um processo de mudanças, “no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro”. O Brasil passou nos últimos anos por um processo de redução simultânea e inédita da pobreza e da desigualdade de renda, porém os avanços nesta direção não se apoiaram em formas de crescimento econômico voltados a um menor uso de energia e de materiais (ABRAMOVAY, 2010), o que futuramente pode nos mostrar que crescer somente um lado da balança pode desequilibrar os resultados finais.

Outra abordagem de desenvolvimento que tem estado em evidência nas três últimas décadas é o “Desenvolvimento Humano”, definido como “um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser” (SEN, 2000). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, tem o intuito de ser um contraponto ao PIB per capita – Produto Interno Bruto por habitante. Enquanto o PIB per capita é um indicador amplamente utilizado para medir desenvolvimento, mas que leva em consideração somente a dimensão econômica, deixando as reais oportunidades de escolhas e liberdades do ser humano de fora da sua medição (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, PNUD), o IDH utiliza indicadores tanto de renda quanto de educação e de saúde, mensurados respectivamente pela renda nacional bruta (RNB) per

capita, níveis de escolaridade, apontados pelo número médio de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar e expectativa de vida – longevidade.

Um índice baseado no desenvolvimento social foi publicado em 2013, o Índice de Progresso Social-IPS, e adaptado para a Amazônia em 2014- IPS Amazônia 2014- e reúne indicadores exclusivamente sociais e ambientais. O estudo foi feito para os nove estados da região (Pará, Amapá, Acre, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rondônia e Tocantins), incluindo os 772 municípios amazônicos, e varia de 0 (pior) a 100 (melhor), estando o Amapá com 58 pontos. O IPS médio da Amazônia (57,31) é inferior à média nacional (67,73). Foram utilizados 43 indicadores, divididos em três dimensões: 1- Necessidades humanas básicas, 2- Fundamentos para o bem estar e 3-Oportunidades (SANTOS, 2014).

Fazendo uma relação entre a renda per capita dos estados e o IPS, percebe-se que no Estado do Amapá a renda está mais fortemente correlacionada com a Dimensão 3- Oportunidades, onde estão indicadores relacionados aos direitos individuais, como a mobilidade urbana, por exemplo; à liberdade individual e de escolha, como acesso à cultura, esporte e lazer; a tolerância e inclusão, como a violência contra a mulher e por último, o acesso á educação superior. Comparada com o restante do Brasil, a região apresenta resultados inferiores para todas as dimensões e quase todos os componentes do IPS.

O Desenvolvimento Rural é o desígnio dado ao desenvolvimento ligado às áreas rurais. Entende-se que o desenvolvimento rural é um conjunto de ações que provoca ou pretende provocar mudanças no ambiente rural (BEGNINI, 2014). Sendo assim, conhecer as realidades rurais é de suma importância para entender o seu desenvolvimento. Entender o desenvolvimento rural exige um diálogo constante com as teorias das ciências sociais, e neste sentido, Conterato et al. (2014) apontam que:

o desenvolvimento rural constitui um campo de reflexão sobre os fatores e processos de mudança social, sobre as formas de apropriação e exercício do poder e dominação, em diferentes níveis (local, territorial e global), segundo distintos atores e agentes (públicos e privados) e nas mais diversas dimensões (cultural, econômicos, sociais, etc.)

Kageyama (2008) conceitua desenvolvimento rural como “a passagem, de determinado espaço territorial, do isolamento à integração com o urbano e com os demais setores da economia e da especialização à diversificação econômica e social”. Para a “passagem”, ou o que seria de fato o “desenvolvimento rural”, a autora entende que alguns fatores são imprescindíveis, como menor desigualdade do acesso à terra e à educação; presença de agricultura diversificada e de concentrações espaciais de atividades, combinadas com uma rede urbana densa e bem distribuída, além de arranjos institucionais adequados.

Segundo Kageyama (2008) a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugere um conjunto de indicadores rurais básicos para descrever o desenvolvimento rural analisando variáveis relacionadas à População e migração: Densidade, Variação, Estrutura, Domicílios e Comunidades; Bem-estar social e equidade: Renda, Habitação, Educação, Saúde e Segurança; Estrutura e desempenho econômico: Força de trabalho, Emprego, Participações setoriais, Produtividade e Investimentos; Meio Ambiente e sustentabilidade: Topografia e clima, Mudanças no uso da terra, Espécies e habitats, Água e solo e Qualidade do ar.

Kageyama (2004) propôs uma maneira de aferir o grau de desenvolvimento rural dos Estados e dos Municípios brasileiros, o Índice de Desenvolvimento Rural- IDR, baseando-se nos indicadores recomendados pela OCDE. Assim como o IDH, o IDR tem o objetivo de medir além que o crescimento econômico de uma área rural, servindo para entender o grau de desenvolvimento que se encontra uma área rural, e “procura reunir numa medida-síntese aspectos populacionais, econômicos, sociais e ambientais que permitem classificar os municípios” (KAGEYAMA, 2004). Os indicadores utilizados no IDR foram População e migração: densidade demográfica, variação da população rural entre 1991 e 2000, percentual de população rural em 2000, percentual de população que não morou sempre no município (migrantes); Economia: renda domiciliar per capita, pluriatividade, produtividade do trabalho na agricultura; Bem-estar social: domicílios com instalação sanitária, domicílios com telefone, anos de

estudo das pessoas com 7 anos ou mais, proporção da população de 7 a 14 anos que frequenta escola e Meio ambiente: ausência de monoculturas e conservação do solo. Para construir o IDR, foram calculados quatro índices parciais representando os quatro aspectos antes apontados. Cada um desses índices parciais é composto pela média aritmética de indicadores simples. O IDR, por sua vez, é a média aritmética dos quatro índices parciais.

Desenvolvendo sua pesquisa com os municípios do Estado de São Paulo foi possível classificá-los como sendo municípios de alto (acima de 3,29), médio (de 2,67 a 3,29) e baixo (até 2,67) grau de desenvolvimento rural. Baseado neste trabalho, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) encomendou uma pesquisa ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre o IDR de todos os municípios brasileiros, tendo seus resultados divulgados em 2013. Neste estudo os municípios puderam ser classificados em municípios de alto (acima de 0,655), médio (de 0,539 a 0,655), regular (de 0,340 a 0,538) e baixo nível de desenvolvimento (até 0,339). Não há nenhum município da região Norte na relação dos 50 municípios com o IDR mais alto do país.

Com relação aos Estados brasileiros pôde-se observar que aqueles das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste são os que apresentaram os mais elevados valores de IDR (Tabela 1).

**Tabela1-** Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos Estados brasileiros (CNA, 2013)

Região	IDR	Região	IDR	Região	IDR	Região	IDR	Região	IDR
Sul		Sudeste		Norte		Nordeste		Centro Oeste	
SC	0,65	SP	0,69	TO	0,47	SE	0,36	MS	0,65
RS	0,64	RJ	0,59	RR	0,37	RN	0,37	MT	0,62
PR	0,63	MG	0,55	RO	0,52	PI	0,26	GO	0,63
		ES	0,57	PA	0,36	PE	0,33		
				AM	0,28	PB	0,31		
				AP	0,39	MA	0,28		
				AC	0,34	CE	0,31		
						BA	0,33		
						AL	0,35		

Para Costa (2005) apud Fochezatto (2010) todo desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional, sendo estes a mesma coisa: “todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional”. Segundo Diniz (2009), a primeira experiência mundial de planejamento regional pode ser considerada como tendo origem na União Soviética, através do seu Plano de Eletrificação Nacional, em 1925. Este definia a construção de várias usinas hidroelétricas, prevendo seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e de sua interligação futura. O plano exerceu forte influência sobre o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, elaborado em 1948 e implantado com a criação da Cemig, a partir de 1952 (DINIZ, 2008).

Na Itália, a diferença entre os ritmos de desenvolvimento entre o norte e o sul do país tornou-se um problema grave, criando assim como alternativa para igualar as duas regiões uma política de industrialização para o sul da Itália. Essa política introduziu a sistemática de uso de incentivos fiscais para o barateamento da formação de capital e da produção, a qual foi assimilada e generalizada para outros países, a exemplo do sistema de incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste do Brasil, por ocasião da criação da Sudene (CARVALHO, 1979).

O auge das implementações das políticas de Desenvolvimento Regional, no mundo, segundo Diniz (2009), foram as décadas de 1950 e 1960, sendo seguida por uma crise nas décadas de 1970 e 1980 e tendo ressurgido na década de 1990. Durante esse auge, a generalização da política regional levou à criação de superintendências em todo o Brasil, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- Sudene, em 1959, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, em 1967, Superintendência da Zona Franca de Manaus- Suframa, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1961, transformada em Sudesul, em 1967; a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Codeco), em 1961, transformada em Sudeco, em 1967 e ainda os bancos do Nordeste, em 1951 e Banco da Amazônia S.A. (Basa), em 1966.

Celso Furtado, economista brasileiro e grande pesquisador do Desenvolvimento Regional, entendia que o desenvolvimento, mesmo o regional, tinha que ser pensado e planejado como um todo, nacionalmente e até internacionalmente, tendo em vista que nenhuma região é sozinha ou deve ser pensada isoladamente. Em suas pesquisas sobre as estruturas espaciais destaca ainda a importância de “uma abordagem interdisciplinar para uma teoria da estrutura espacial, com ênfase nos estudos sobre os processos de urbanização, dos custos de comutação e das migrações” (DINIZ, 2009).

No Brasil atual, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tem por objetivo dotar as regiões de infraestrutura, tecnologia e crédito; promover a inserção social e produtiva da população; fortalecer as organizações sócio produtivas regionais e estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do país, para “reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País” (Ministério de Integração Nacional- MI). Para justificar tal política, o Ministério de Integração Nacional apresenta entre seus argumentos exemplos de sucesso do Desenvolvimento Regional:

Desde a década de 80, uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões. Inspiradas no sucesso de regiões como o Vale do Silício, na Califórnia, a Emília Romana, na Itália, ou regiões dinâmicas da Ásia, tais políticas apresentam duas características essenciais: são ancoradas em territórios específicos; e baseadas em pequenas e médias empresas, interdependentes e interativas. No entanto, não se limitam às regiões caracterizadas por produção flexível, alta tecnologia e forte capacidade de inovação. Também em regiões periféricas podem ser observadas iniciativas bem sucedidas de mobilização endógena, dinamismo, inovação e melhoria da renda e das condições de vida da população. É o caso da indústria de confecções em Toritama/Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste de Pernambuco, ou do complexo da cachaça no norte de Minas Gerais.

Cabugueira (2000) ressalta a importância da participação dos atores locais, dizendo que estes são fundamentais no processo de desenvolvimento, porém não é suficiente de forma a promovê-lo, necessitando de profissionais especializados para que isto aconteça.

### 2.3 O ESTADO DO AMAPÁ

O Estado do Amapá é um dos Estados mais novos da Federação, passando da condição de Território Federal à de Estado na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Localizado no extremo Norte do Brasil, o Estado possui 142.828 km<sup>2</sup> de área, representando 3,7% do território da região Norte e 1,67% do território brasileiro. Faz fronteira ao leste com o oceano atlântico, ao norte com a Guiana Francesa, ao sul com o Estado do Pará, a sudeste com o Rio Amazonas e ao oeste com Pará e o Suriname. A distância entre os pontos mais extremos do estado, ao Norte, no município de Oiapoque, e ao Sul, Vitória do Jari, é de 553 km, em linha reta, e entre leste e oeste é de 560 km, indo do Município do Amapá, extremo leste, à Serra do Tumucumaque, no município de Laranjal do Jari, extremo oeste.

Administrativamente o estado está dividido em dezesseis municípios (Quadro 1). De um total de 750.912 habitantes (IBGE, 2015), 89,77% estão concentrados nas áreas urbanas, e 74,2% está concentrada em apenas duas cidades: a capital Macapá (59,49%) e Santana, distante 16 km da capital (14,72%).

**Quadro 1:** Municípios do Estado do Amapá.

Município	Ano de criação	Lei\Decreto de criação
Amapá		
Macapá	1943	Decreto-lei Federal n.º 5.839
Mazagão		
Oiapoque	1945	Decreto-lei Federal n.º 7.578
Calçoene	1956	Lei Federal n.º 3.055
Ferreira Gomes		
Laranjal do Jari		Lei Federal n.º 7.639
Santana	1987	
Tartarugalzinho		
Pedra Branca do Amapari		Lei Estadual n.º 8
Itaubal		Lei Estadual n.º 5
Cutias do Araguari	1992	Lei Estadual n.º 6
Porto Grande		Lei Estadual n.º 3
Serra do Navio		Lei Estadual n.º 7
Pracuúba		Lei Estadual n.º 4
Vitória do Jari	1994	Lei Estadual n.º 171

Fonte: o autor (2015).

O Amapá é considerado o Estado brasileiro mais preservado, possuindo aproximadamente 72% de seu território destinado a unidades de conservação (Quadro 2). São dezenove unidades de conservação e cinco terras indígenas, formando o corredor da Biodiversidade do Amapá, que ocupam uma área de mais de nove milhões de hectares (COSTA, 2016).

**Quadro 2:** Unidades de conservação do Estado do Amapá.

Nome	Jurisdição	Base legal	Grupo
Parque Nacional de Cabo Orange	Federal	Decreto Federal 84.913, 15/7/1980	Proteção Integral
Reserva Biológica do Lago Piratuba	Federal	Decreto Federal 84.914, 16/7/1980 e Decreto Federal 89.932, 10/7/1984	Proteção Integral
Estação Ecológica Maracá-Jipioca	Federal	Decreto Federal 86.061, 2/6/1981	Proteção Integral
Estação Ecológica do Jari	Federal	Decreto Federal 87.092, 12/4/1982 e Decreto Federal 89.440, 13/3/1984	Proteção Integral
Floresta Nacional do Amapá	Federal	Decreto- Lei Federal 97.630, 10/4/1989	Uso Sustentável
Reserva Extrativista do Rio Cajari	Federal	Decreto Federal 99.145, 12/3/1990; Decreto s/n 30/9/1997	Proteção Integral
Parque Nacional Montanha do Tumucumaque	Federal	Decreto Federal, s/n 22/8/2002	Proteção Integral
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso	Federal	Portaria 86-N-IBAMA, 6/8/1997	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural REVECOM	Federal	Portaria 54-N-IBAMA, 29/4/1998	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo	Federal	Portaria 89-N-IBAMA, 10/7/1998	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Boa Esperança	Federal	Portaria 120-N-IBAMA, 24/8/1998	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Ekinox	Federal	Portaria 91-N-IBAMA, 21/11/2000	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental da Fazendinha	Estadual	Decreto Territorial 20/84, 14/12/1984	Uso Sustentável
Reserva Biológica do Parazinho	Estadual	Decreto Territorial 5, 21/1/1985	Proteção Integral
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Estadual	Lei Estadual 392, 11/12/1997	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú	Estadual	Lei Estadual 431, 15/9/1998	Uso Sustentável
Floresta Estadual do Amapá	Estadual	Lei Estadual 1028, 12/7/2006	Uso Sustentável
Parque Natural Municipal do Cancão	Municipal	Decreto Municipal 085, 14/11/2007	Proteção Integral
Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo	Municipal	Decreto Municipal 439, 19/11/2007	Uso Sustentável

Fonte: Ministério Público do Amapá

Segundo o Ministério do Meio Ambiente as Unidades de Conservação se dividem em dois tipos: Proteção Integral e Uso sustentável. Nas de Proteção Integral os usos são mais restritivos, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, como por exemplo, turismo ecológico e pesquisa científica, não podendo haver consumo ou dano, e a proteção da natureza é o principal objetivo destas unidades. São cinco as categorias inseridas neste tipo de unidade: os parques, as reservas biológicas, as estações ecológicas, os monumentos naturais e os refúgios de vida silvestre. Por outro lado, as unidades de Uso Sustentável visam conciliar a conservação com o uso dos recursos naturais de forma consciente, são elas: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental e reserva particular do patrimônio natural.

## 2.4 HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS AMAPAENSES

### 2.4.1 Itaubal

Itaubal foi fundado por volta de 1935, por Paraenses vindos de ilhas próximas ao Amapá. O povoado recebeu esse nome devido a árvore conhecida popularmente como Itauba (*Mezilaurus itauba*) abundante na região. Esta espécie produz uma madeira de lei e atualmente está na lista de árvores consideradas em extinção pelo Ministério do Meio Ambiente, devido à sua alta exploração. Em maio de 1992, Itaubal passou da condição de Distrito de Macapá à de Município, resultado do plebiscito realizado em 1991, pelo então Governador, Anníbal Barcelos (Morais e Moraes, 2000).

Localizado à Leste do Estado do Amapá, fica a aproximadamente 100 km da capital Macapá. Partindo de Macapá o acesso à sede é feito pela rodovia AP 70. Essa foi recentemente asfaltada, do trecho de Santo Antônio da Pedreira à vila do Itaubal. Com 29 comunidades, o acesso à sede é feito por via terrestre e fluvial, sendo que para algumas comunidades ribeirinhas o acesso à sede só se dá por via fluvial.

O município não possui hospital, somente postos de saúde, sendo que em casos mais graves o paciente é encaminhado para a capital. Itaubal também não possui agência bancária, apenas postos que operam como bancos, como uma agência dos Correios e lotéricas. Nestes terminais podem ser realizados saques e pagamentos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Os eventos culturais de maior importância econômica são as festas dos padroeiros de Itauba, São Benedito e do Carmo do Macacoari, São Sebastião. Nestas ocasiões um número grande de visitantes é recebido da capital para as comemorações católicas, com dança do marabaixo e corridas de cavalo. No período de verão (menos chuvoso), o CuricacaFest, na comunidade do Curicaca, atrai pelos banhos de rio e músicas regionais.

#### **2.4.2 Mazagão**

Mazagão, inicialmente conhecida por Tucujulândia, ganhou esse nome depois que recebeu 136 famílias brancas e seus negros escravos (103), vindos da cidade de Mazagão, em Marrocos. Por ordem do rei de Portugal D. José I, Mazagão em Marrocos foi desativada devido a conflitos religiosos. Com a intenção de povoar o Amapá, criou-se em 1770 a “Nova Mazagão”, hoje Mazagão Velho. A vila prosperou inicialmente através do plantio de algodão e arroz, chegando a abastecer a cidade de Belém do Pará. Em 1781, uma epidemia de cólera dizimou dezenas de mazaganenses, e os que restaram conseguiram o direito de poder sair da cidade, já que antes eram obrigados a morar no local. Pode-se dizer que Mazagão foi a porta de entrada dos negros no Amapá, vindos do Norte da África (Morais e Morais, 2000).

Em 1890 passou à condição de Município, sendo o segundo município do Estado. Posteriormente a sede foi mudada para mais ao Norte da hoje chamada “Mazagão Velho”, entre o rio Vila Nova e o braço esquerdo do Amazonas, batizada por Mazagão Novo ou Mazaganópolis. Mazagão fica a 41 km da capital Macapá, sendo acessada por via terrestre e fluvial. Com três distritos, Mazagão Novo, Mazagão Velho e Carvão, o município faz limite com Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

A principal manifestação cultural da cidade é a festa de São Tiago, que ocorre em julho, atraindo muitos visitantes à cidade. Nessa ocasião ocorre uma encenação da batalha ocorrida entre mouros e cristãos na Mazagão africana.

#### **2.4.3 Porto Grande**

Porto Grande tornou-se município em 1992. Não há uma definição precisa da origem do nome do município. Alguns dos antigos moradores afirmam que “Porto Grande” foi um termo cunhado em referência ao aumento do volume da produção agrícola da Colônia do Matapi em meados de 1940. De acordo com esses moradores, havia tal quantidade de produtos que, quando a comunidade se reunia para comercializar sua produção, lembrava um

grande porto (ECOTUMUCUMAQUE, 2009). Outra versão é a de que havia no local uma mercearia denominada “Porto Grande”, estabelecimento que atraía trabalhadores de Porto Platon que mencionavam que “iam fazer compras em Porto Grande” (MORAIS E MORAIS, 2000). Na década de 1970, a abertura da rodovia Perimetral Norte e o início do cultivo de monoculturas, como pinus e dendê em áreas de cerrado pelas empresas AMCEL e COPALMA, respectivamente, foram fatores determinantes na atração de um fluxo de trabalhadores e provocaram um aumento significativo da população no local que hoje é a sede do município, impulsionando a ampliação da infraestrutura da cidade e, posteriormente, seu desmembramento de Macapá.

Porto Grande fica localizado a 108 km da capital Macapá, faz limite com Macapá, Ferreira Gomes, Mazagão, Santana e Pedra Branca do Amapari. A principal forma de acesso ao município é pela BR 156 que liga Macapá ao Oiapoque, tendo sua sede localizada no entroncamento com a BR 210 (Perimetral Norte). Também é possível chegar ao município por meio ferroviário, já que Porto Grande está na rota da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), construída entre janeiro de 1953 e janeiro de 1957, pela Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para o transporte de minério de manganês de Serra do Navio até o porto de Santana. Pode-se ir de Macapá a Porto Grande também por meio fluvial, pelo rio Matapi. A comunicação entre a sede do município e as comunidades localizadas à margem do rio Araguari é realizada com médias e pequenas embarcações. O Festival do Abacaxi acontece todo ano no mês de agosto, atraindo turistas para o município, e movimentando a economia com a venda do fruto e seus derivados.

#### **2.4.4 Serra do Navio**

Serra do Navio foi criada com o intuito de abrigar os funcionários da - Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), sendo uma vila planejada, que cresceu de forma ordenada, com saneamento básico, escolas e cinema. O contrato de exploração de minérios era de 50 anos, porém, a reserva de manganês esgotou antes do tempo previsto e a empresa abandonou a cidade em 2003. Serra do Navio tornou-se município em 1992, com o nome de Água Branca do Amapari, mudando em seguida para Serra do Navio (IBGE, 2014). Durante o tempo que a Icomi era responsável pela sede da cidade, esta possuía serviços de saúde, educação e segurança exemplares, que não foram mantidos quando a prefeitura assumiu a vila, já que os padrões eram altos e o investimento necessário também seria alto.

Segundo Morais e Morais (2000) quando a Icomi saiu definitivamente de Serra do Navio a “favelização oriunda da miséria” tomou conta da cidade, deixando uma estrada de ferro de aproximadamente 200 km, que liga Serra do Navio à Macapá, e máquinas sucateadas junto às montanhas de minério não utilizados. Após a saída da Icomi, os funcionários locais procuraram emprego no serviço público (NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2011). Em 2010, se instala no município a Beadell Resources Ltd, empresa exploradora de ouro, que volta a ocupar a mão de obra da cidade. Em 2015, Serra do Navio recebeu a visita de um embaixador Britânico para negociar o manganês de baixo teor que restou no local, que antes não era viável economicamente, agora já encontra um possível mercado (PREFEITURA DE SERRA DO NAVIO, 2015).

Serra do Navio faz limite com Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Pracuúba. Em 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou Serra do Navio, declarando-a Patrimônio Cultural, devido sua arquitetura diferenciada, suas casas sustentáveis, aproveitando o máximo de luz e vento, projetadas pelo arquiteto paulista, Oswaldo Bratke. Restou dessa época o hospital, porém, não atende mais com a mesma eficiência do passado. O Festival do Cupuaçu atualmente é a manifestação cultural de maior impacto na cidade. No ano de 2015 completou 18 anos e observou-se lotação de 100% em todos os quartos de pousadas e hotéis da cidade, atraindo cerca de 4 mil pessoas à cidade (G1 AMAPÁ).

#### **2.4.5 Tartarugalzinho**

Tartarugalzinho nasce do grande movimento oriundo das jazidas de ouro descobertas próximo à área da cidade, e também da instalação da AMCEL, empresa de plantação de pinho, que mais tarde foi vendida à Chamflora. O primeiro vilarejo a se formar foi o de Tartarugal Grande, que recebeu esse nome devido ao rio que banhava suas margens. Devido o seu grande movimento, com muitas quedas d’água, o que dificultava o transporte, fez com que houvesse um deslocamento da comunidade para um braço do rio Tartarugal Grande, ao qual chamaram de Tartarugalzinho. O município nasce em 1987, do interesse político do Estado em receber mais verbas da União (MORAIS E MORAIS, 2000).

Tartarugalzinho localiza-se a 239 km da capital Macapá, na parte leste do estado, seguindo pela asfaltada BR 156. Faz fronteira com os municípios de Amapá, de onde vem a maior parte da sua população, Cutias, Pracuúba e Ferreira Gomes (MORAIS E MORAIS,

2000). Suas festas de maior importância são o Festival da Banana, no mês de dezembro, o Rodeio do Mineiro e o carnarugalzinho, um carnaval fora de época, no mês de Julho.

#### **2.4.6 Ferreira Gomes**

A Colônia de Ferreira Gomes, fundada pelo colono João Ferreira Gomes, nasce da junção de duas colônias, a de Barro e a de Prata, habitadas no passado pelos cabanos, com cerca de apenas 20 casas de barro e madeira. Em 1944, com a chegada de Janary Nunes ao Território, foi construída a primeira escola rural do município. Em 1987, mesmo com pouca infraestrutura, torna-se município pela lei 7.639, projeto de autoria do então deputado federal Anníbal Barcellos (MORAIS & MORAIS, 2000).

Ferreira Gomes situa-se à Sudeste do Estado do Amapá, faz limite com Macapá, Cutias, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Tartarugalzinho, Pracuúba e Serra do Navio. Os rios e lagos de Ferreira Gomes são conhecidos por suas belezas e águas propícias ao banho, atraindo muitos turistas de outros municípios durante os finais de semana, movimentando a economia local.

O rio Araguari, que banha o município, é responsável pela geração de energia do estado, através das hidrelétricas de Coaracy Nunes (também conhecida como Paredão), da recém construída Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes e da futura Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. Prevista para iniciar a comercialização de energia em 2017, a usina do Caldeirão irá substituir temporariamente a hidrelétrica mais antiga do estado, a Coaracy Nunes, que fechará para reforma por 36 meses. Segundo a Eletrobras (2013) a potência passará dos atuais 78MW para 298 MW, sendo previsto um investimento inicial de R\$ 550 milhões. Dentre os principais festejos, o mais conhecido é o Carnaguari, um carnaval fora de época que ocorre no mês de junho. O aniversário da cidade em 17 de dezembro e os festejos em louvor à Nossa Senhora da Conceição (08/12), também são festas importantes para o município.

#### **2.4.7 Calçoene**

A exploração do ouro na mina do Lourenço em 1894 deu início ao povoado localizado em frente a cachoeira, que era província do Grão-Pará. No intuito de povoar o estado brasileiro, europeus de baixa renda, principalmente da Rússia, são enviados ao território do Amapá, no final do século 19, e fundam uma colônia no município de Calçoene, tornando área do estado a mais importante do território, à época. A vila de Cunani, atualmente distrito

de Calçoene, foi invadida pelos europeus que a tornaram República Independente, com moeda personalizada, emblemas e Ordem de Cavalaria “Estrela de Cunani”. Com a assinatura do laudo suíço em 1900, o Brasil ganha posse da área (Morais e Moraes, 2000).

Calçoene localiza-se na parte centro-nordeste do Estado e é dividida em 3 distritos: Calçoene, que é a sede do município, Cunani e Lourenço; limita-se com os municípios de Amapá, Serra do Navio, Pracuúba e Oiapoque; e possui vários rios importantes para a região como o Cassiporé, Cunani, Calçoene e Amapá Grande. Os principais eventos culturais são o festival do caranguejo, organizado pela associação de pescadores como forma de divulgar e comercializar o produto, que é uma das principais fontes de renda da comunidade; o Goiabal Verão, em julho e o Círio de Nossa Senhora da Conceição, no dia 08 de dezembro.

#### **2.4.8 Amapá**

A cidade serviu de apoio aos americanos durante a segunda guerra mundial, com a construção de uma base aérea que hoje serve de atração turística; tem seu nome retirado de uma árvore de grande porte que produz um látex utilizado nas farmácias naturais, o “leite de amapá”, útil para gastrite e tuberculose. Em 1901 torna-se município, mas em 1944 deixa de ser capital, perdendo esse título para Macapá. Teve os nomes de Montenegro, Veiga Cabral, até retornar à Amapá, em 1938 (Morais e Moraes, 2000). Atualmente é constituído de dois distritos, Amapá e Sucuriju, sendo que Oiapoque e Calçoene faziam parte do seu território, mas foram desmembrados para criação dos municípios.

Amapá situa-se ao Nordeste do estado, a 302 km da capital e faz limite com Calçoene, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias e Macapá. Algumas comunidades localizam-se a mais de 10 horas de viagem até a sede do município. Como atração turística possui um pequeno museu da Segunda Guerra Mundial, onde foi um dia a base aérea que serviu de apoio ao Exército e à Marinha Americana, com restos de um Jeep, de um trator e de carro de bombeiros, paiol de munição, entre outros componentes remanescentes da segunda guerra, que encontra-se fechado no momento e uma pequena cachoeira, chamada de “cachoeira grande”, que apesar de estar localizada no município de Calçoene, é mais próxima do Amapá.

A Agropesc, feira agropecuária do município é uma de suas maiores atrações, seguida do Festival da Gurijuba e Festival do Leite, ambos em julho, dos Festejos religiosos em homenagem ao Divino Espírito Santo, também em julho, Festejos da padroeira da cidade,

Nossa Senhora de Nazaré, em outubro e Festejos em homenagem á São Pedro, padroeiro dos pescadores, em junho.

#### **2.4.9 Oiapoque**

O vocábulo Oiapoque tem origem no tupi-guarany, que significa “casa dos waiãpi”, povo indígena que habitava a região. O rio Oiapoque tem importância histórica para o país, quando virou referência de limite entre o Brasil e a França, com o Tratado de Utrecht, assinado em 11 de abril de 1713. Por sua localização fronteiriça, o município mantém relações com Saint George, uma colônia francesa, porta de entrada para a Guiana Francesa (MORAIS & MORAIS, 2000). Oiapoque é o município mais afastado da capital, distante 560 km de Macapá, está localizado no extremo norte do Estado, na fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa.

Com 112 km de estrada de rodagem, durante o primeiro semestre do ano é quase impossível chegar de carro, ficando os moradores reféns dos transportes “piratas”, que são os carros particulares traçados, que fazem a linha do ônibus. Nessa época, é comum ver nos jornais locais notícias de isolamento do município devido às más condições da estrada. Quanto à comunidade indígena, ela ainda permanece no município, mesmo que em menor número e um tanto quanto afastada da vida urbana, convivem pacificamente as tribos galibi, caripuna e palikur. Os principais festejos são em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora das Graças, no mês de agosto; em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, em outubro e o São João em junho.

#### **2.4.10 Laranjal do Jari**

Habitada por índios waianos e apalais a região do Jari foi mais tarde colonizada por nordestinos que vieram trabalhar na extração da borracha. Segundo o IBGE:

dentre esses nordestinos, destacou-se um cearense chamado coronel José Júlio de Andrade que se consolidou como o maior latifundiário do mundo, adquirindo cerca de 3,5 milhões de hectares de terra. Foi combatido pela revolta tenentista, fato que o obrigou a vender sua empresa Jarí para um grupo de empresários portugueses, em 1948. Posteriormente a empresa foi vendida para o milionário norte americano Daniel Ludwig. Este pretendia substituir a floresta nativa por uma plantação homogênea de uma planta denominada gmelina arbórea para a fabricação de celulose, e também pretendia tornar-se o maior produtor mundial de carne bovina, suína e arroz.

Como se tratava de um projeto de grande porte, a empresa necessitava de bastante mão de obra. Motivado pelo afã nacionalista (década de 60) e visando melhores condições de vida, muitos trabalhadores dirigiram-se para a região. Boa parte foi contratada de forma temporária e indireta, por empreiteiras, que não lhes asseguravam os direitos trabalhistas. Dispensados pela companhia, não dispunham de recursos nem para moradia, tampouco para retornar aos seus locais de origem. A maioria foi obrigada a viver às margens do rio, em palafitas, sem as mínimas condições de higiene e sobrevivência. Isto fez com que o “Beiradão” se tornasse conhecido como a maior favela fluvial do mundo, além dos altos índices de prostituição, também foi considerada uma das mais pobres e violentas populações brasileiras.

Originado por causa do Projeto Jari, um projeto de Daniel Ludwig, um milionário americano que tinha por sonho construir um império auto sustentável, com atividades voltadas à exploração de celulose, foi desmembrado do município de Mazagão e criado pela lei 7.639 de 1987, sendo até hoje o maior de todos os municípios do estado do Amapá. Laranjal do Jari está localizado na porção sudoeste do estado, à margem esquerda do rio Jari, que separa o estado do Amapá do Estado do Pará. Esse mesmo rio abriga a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, que teve início das atividades comerciais em janeiro de 2015.

Faz limite com os municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque; e ainda com o Estado do Pará; os países Suriname e Guiana Francesa. Possui ainda entre suas riquezas naturais, ao norte e nordeste, uma parte da Serra do Tumucumaque, e ao leste a Serra do Iratapuru. A festa em louvor a Santo Antônio, padroeiro da cidade e o festival da castanha, realizado pelas cooperativas, no mês de julho, são as mais importantes manifestações culturais da cidade.

#### **2.4.11 Vitória do Jari**

Criado em 1994, Vitória do Jari foi desmembrado de Laranjal do Jari devido anseios de utilizar independentemente os impostos recebidos da empresa exploradora de Caulim, a CADAM- Caulim da Amazônia, instalada em Munguba, distrito de Almeirim no Pará. Seus habitantes iniciais foram funcionários do parque industrial da empresa, e esse núcleo logo cresceu, desenvolvendo as áreas de serviço e comércio, destinados a atender as necessidades imediatas da população (MORAIS & MORAIS, 2000). Localizado ao sul do estado do Amapá, Vitória do Jari faz limite com os municípios de Laranjal do Jari e Mazagão e o Rio Amazonas (Pará). Os festivais do Apaiari, de Santo Antônio padroeiro do município e o festival em louvor a São Sebastião, em Jarilândia são as principais manifestações culturais da cidade.

#### **2.4.12 Pracuúba**

Criado pela lei número 004 de 1º de maio de 1992, o município desmembrado do município de Amapá tem seus primeiros registros de moradores de 1906. Seu nome vem de uma árvore típica da região, a pracuubeira. Muito importante nas décadas de 1940 e 1950, devido à exploração da borracha, Pracuúba era referência em madeiras nobres, como andirobeira, acapu, angelim, macacaúba, sucupira, maçaranduba, aquariquara, entre outras espécies, hoje quase inexistentes devido a exploração indiscriminada (MORAIS E MORAIS, 2000). Localizado a Noroeste do Estado do Amapá, Pracuúba dista 235 km da capital, e faz limite com Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes e Serra do Navio. A festa de maior importância é em louvor a padroeira do lugar, Nossa Senhora Rainha da Paz.

#### **2.4.13 Cutias**

Criada pela lei número 006 de 1992, Cutias é um dos municípios mais ricos no que diz respeito à fauna (MORAIS E MORAIS, 2000). Uma das versões da origem do nome do município, inclusive, se deve a grande quantidade de cutias que existiam no local. Localiza-se na parte leste do Estado, fazendo fronteira com Amapá, Macapá (distrito de São Joaquim do Pacuí), Ferreira Gomes e Tartarugalzinho. Cutias ficou famosa por abrigar um dos eventos naturais mais conhecidos do país, a pororoca, que é o fenômeno de encontro de águas do rio Araguari com o Oceano Atlântico.

Recentemente há uma discussão sobre o fim do fenômeno da pororoca na foz do rio Araguari no município de Cutias. Tem sido divulgado que a pororoca, fenômeno que atraía turistas do mundo inteiro para Cutias, está deixando de ocorrer neste local e a criação extensiva de búfalos tem sido a causa mais comumente reportada para o fim do fenômeno (Ministério Público do Amapá, 2016). Santos (2006), estudando a influência da pecuária na mudança da paisagem ao longo do rio Araguari, menciona que alterações na concentração de sedimentos em suspensão nas águas superficiais de drenagens, não podem ser atribuídas exclusivamente à bubalinocultura. Os festejos mais importantes são os louvores à Nossa Senhora Rainha da Paz, em julho, padroeira da cidade; o festival do Pirarucu entre julho e agosto, e o festival do Leite, em dezembro.

#### **2.4.14 Pedra Branca do Amapari**

A história de Pedra Branca do Amapari está ligada à descoberta de ouro na região. Segundo Moraes e Moraes (2000), em 1935, o pernambucano Joaquim Araújo, acompanhado de alguns amigos, sobe o rio Araguari para explorá-lo, e descobre o metal precioso. No início não havia concorrência, depois de poucos anos a notícia se espalha, chegando em 1938 à casa das 5.000 pessoas explorando o local, direta ou indiretamente, através das vendas de mercadorias para subsistência dos garimpeiros. Seu nome advém do fato de que, vista de cima, têm-se a visão de uma enorme pedra branca no leito rio Amapari, que acabou sendo ponto de referencia para os pilotos de avião que a partir de 1953, sobrevoavam a região a trabalho, devido a descoberta de manganês no município (IBGE, 2016).

Localizada ao centro-oeste do Estado do Amapá, faz limite com Oiapoque ao norte, Serra do Navio ao leste, Porto Grande ao sudeste, Mazagão ao sul e Laranjal do Jari a oeste (IBGE, 2008). Tem como atrações naturais, cachoeiras, a serra do Tumucumaque, área indígena do Waiãpi e grandes áreas de florestas densas e os festejos mais importantes são a comemoração da criação do município, em 1º de maio, e as homenagens ao padroeiro da cidade, São Pedro, em junho.

#### **2.4.15 Santana**

Quando o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, capitão-general Mendonça Furtado, fundou a vila de São José de Macapá em fevereiro de 1758, prosseguiu viagem para a capitania de São José do rio Negro, e deparou-se com a ilha de Santana, situada à margem esquerda do rio Amazonas, elevando-a à categoria de povoado. Os primeiros moradores vieram da Europa, principalmente portugueses, mestiços vindos do Pará e índios da nação tucujus (RODRIGUES, 2009).

Em 1956, com a instalação da Indústria e Comércio de Minérios S.A (Icomi), no município de Serra do Navio, acontece também a construção da ferrovia com 194 km, ligando os dois municípios, para escoamento dos minérios e transporte dos funcionários, causando assim um aumento populacional no município de Santana. Por se tratar de uma cidade portuária, foi construído um cais flutuante que acompanha o movimento das marés, pela sua profundidade e fácil navegabilidade, permitindo assim o acesso de navios cargueiros de grande porte (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2014).

O município de Santana localiza-se ao Sul do Estado do Amapá e fica a 23 km da capital. Faz limites com os municípios de Macapá, Mazagão e Porto Grande e divide-se em Santana (Sede), Ilha de Santana, Igarapé da Fortaleza e Igarapé do Lago. É também em Santana que se localiza o Distrito Industrial do Amapá, à margem esquerda do rio Matapi, afluente do rio Amazonas. Os festejos culturais mais importantes são a festa do Divino Espírito Santo, em 02 de janeiro, em 29 de junho ocorrem os festejos em louvor à Mãe de Deus e em julho ocorrem a Festa de Santana, no dia 24 e a festa de São Cristóvão dia 25.

#### **2.4.16 Macapá**

A capital do estado tem seu nome de origem tupi, que deriva de “macapaba”, que significa região de abundância de bacabas, fruto da bacabeira (*Oenocarpus bacaba*), palmeira típica da região. Elevada a condição de município em 1943, Macapá surgiu de um destacamento militar fixado em 1740, ao redor das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, com o intuito de proteger e evitar o abandono de tal localidade, que virou vila em 1758, com o nome de São José de Macapá, sempre ameaçada de sofrer invasões da França, Holanda e Inglaterra (IBGE, 2014). Localiza-se na região Sudeste do Estado, estendendo-se, da margem esquerda do Rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico) até a nascente do Rio Maruanum.

É cortado pela linha do Equador e sua altitude é de 16,48 m. Limita-se com os municípios de Santana, Itaubal, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias e Amapá. Entre os pontos turísticos estão a Fortaleza de São José, o Marco Zero do Equador, os diversos balneários, como o Curiaú e a praia do Distrito da Fazendinha, onde acontecem versões do Macapá Verão, com shows, orientações a saúde e informações sobre a limpeza e conservação dos balneários. Entre os festejos culturais mais importantes estão a festa do padroeiro da cidade, São José, em março, o Círio de Nazaré, em outubro, os ciclos de Marabaixo, que pela tradição, começam no sábado de Aleluia e seguem até o primeiro domingo após a celebração de Corpus Christi (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2014).

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

A análise do grau de desenvolvimento dos municípios do Estado do Amapá foi realizada com base em três categorias de indicadores: os fatores condicionantes do desenvolvimento, as características do desenvolvimento e os efeitos do desenvolvimento (KAGEYAMA, 2008). Com os fatores condicionantes procurou-se identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento. Esses fatores incluíram: dotação de riqueza, expressa através do PIB, PIB per capita e o PIB por setor (primário, secundário e terciário); isolamento do território e sua infraestrutura, representados por meio da: população residente no município, densidade demográfica (número de habitantes por km<sup>2</sup>), número de veículos por km<sup>2</sup>, número de operadoras de acesso à internet por município, número de operadoras com serviço de telefonia por município, percentual da população em relação ao Estado.

Tentou-se buscar um indicador relacionado a malha viária (em km) por municípios, para fazer parte da análise do isolamento, porém não conseguiu-se esses dados nos órgãos competentes; presença de agricultura familiar, demonstrado pela: presença do órgão de extensão rural do Estado, nos municípios, área média dos estabelecimentos agropecuários (ha), número de técnicos do órgão de extensão rural por município, número de declarações de aptidão ao Pronaf (DAPs); fatores demográficos, representados pela razão de dependência demográfica, total, urbana e rural; acesso à educação, verificado pelas pessoas que frequentavam curso superior de graduação em 2010, número de doutores no município, número de mestres no município, número de graduados, existência de cursos de graduação presenciais, presença de cursos superiores à distância, número de escolas por etapa de ensino (infantil, fundamental e médio), em área rural, urbana e total.

Para analisar as características do desenvolvimento foram utilizados indicadores da atividade agrícola, como valor da produção por ha (R\$), valor da produção por pessoa ocupada (R\$), relação entre área de lavouras e de outros usos, relação entre área de pastagem plantada e natural; indicadores de preservação ambiental como número de bubalinos, km<sup>2</sup> desmatado em cada município, área de floresta, percentual de área de floresta, percentual de desmatamento em área de floresta, proporção de municípios em 2014 com: Secretaria de Meio Ambiente, legislação ambiental, aterros e lixões; indicadores de saúde, analisados pela quantidade de estabelecimentos de saúde como Academia de saúde, Unidade Básica de Saúde, Posto de Saúde, Secretaria de Saúde, Unidade de Vigilância em Saúde, Unidade Mista,

Unidade Móvel Terrestre, Central de Notificação Captação e distribuição de Órgãos Estadual, Laboratório de Saúde Pública, Central de Regulação, Clínica/Ambulatório especializado, Unidade de serviço de apoio de Diagnose e Terapia, Unidade Móvel de nível pré-hospitalar urgência/emergência, Unidade de atenção à saúde indígena, Pronto socorro geral, Pronto Atendimento, Hospital Geral, Hospital Especializado, Farmácia, Cooperativa, Consultório, Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e Central de Regulação médica das urgências por município; indicador social, observado através da frota detalhada dos municípios, como automóveis, motocicletas, motonetas, ônibus, caminhões, tratores de esteira e rodas, caminhonete e camionetas.

Os resultados esperados, obtidos da combinação desses fatores com as características do desenvolvimento, foram descritos num terceiro ponto nos efeitos do processo de desenvolvimento. Esses efeitos foram avaliados através de estudo da redução do êxodo rural, por meio da análise da variação da população rural na década de 2010; elevação da renda e redução da pobreza, considerados a renda domiciliar per capita em R\$, porcentagem de não-pobres, porcentagem de extremamente pobres e pobres, porcentagem de empregados com carteira assinada; melhoria das condições de vida, através do IDH-M, esperança de vida ao nascer, mortalidade até um ano de idade, percentual de residências com água encanada e banheiro, luz elétrica e coleta de lixo em área urbana; escolaridade, medidos pela expectativa de anos de estudo, taxa de alfabetização, taxa de escolarização e taxa de analfabetismo.

As informações oficiais foram levantadas nas bases de dados disponíveis em órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dentre estas o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA; IBGE/Cidades; IBGE/Censo 2010; IBGE/Produção Agrícola Municipal; IBGE/Censo Agropecuário 2006; Ministério da Educação-MEC; órgãos existentes no Estado do Amapá, como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-Rurap, Secretaria Estadual de Educação-SEED, Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN, Federação Nacional do Comércio-FENACOM, Secretaria de Meio Ambiente- SEMA, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá- IMAP, Órgão de Defesa e Inspeção Sanitária-DIAGRO. De posse dos dados foi realizado a análise de agrupamento, que tem por finalidade:

Dividir os elementos da amostra, ou população, em grupos de forma que os elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares entre si com respeito às variáveis (características) que neles foram medidas, e os elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação a estas mesmas características (MINGOTI, 2007).

Para isso foram utilizados um índice de Distância para dados quantitativos (Distância Euclidiana) e o método de agrupamento de Ward (Ward's method), disponíveis no programa PAST- Palaeontological Statistics. Com base nos agrupamentos formados para os diferentes indicadores, os municípios foram hierarquizados, de forma a permitir uma análise sobre as diferenças entre estes em termos de desenvolvimento.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO**

O primeiro ponto de análise diz respeito aos fatores que sendo necessários para que haja desenvolvimento, são fatores que condicionam o desenvolvimento. Os indicadores nessa categoria atuam no sentido de impulsionar ou de retardar a trajetória dos municípios em direção ao desenvolvimento, aqui entendido como um processo gradual de acúmulo de melhorias. Para isso foram escolhidos cinco conjunto de indicadores: riqueza original dos municípios, isolamento do território, presença da agricultura familiar, fatores demográficos e acesso à educação.

Para analisar a riqueza de cada município escolheu-se comparar o PIB, o PIB Per capita, e a participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB dos municípios (Tabela 2). O Estado do Amapá possui o menor PIB do país e o PIB per capita dos municípios do Estado está abaixo da média brasileira, que foi de R\$ 28.876,00 (Vinte e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais) em 2015, e de R\$ 24.121,00 em 2012.

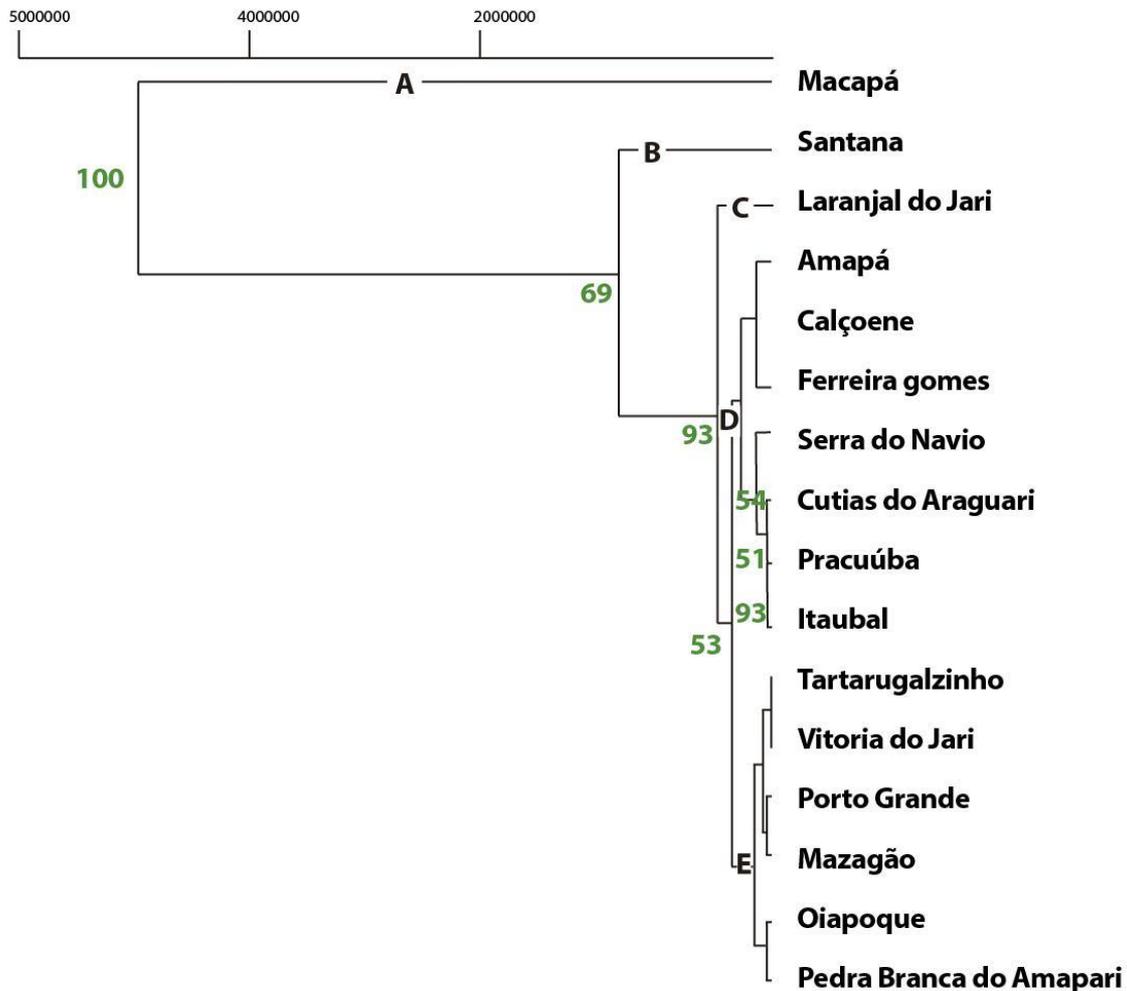
Observou-se que os municípios foram distribuídos em cinco grupos (Figura 1). O primeiro formado pela capital Macapá; o segundo por Santana, e o terceiro por Laranjal do Jari, responsáveis por 62%, 15% e 4,48% do PIB do Estado, respectivamente. O quarto grupo foi formado pelos municípios de Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba e Itaubal e o quinto grupo formado por Tartarugalzinho, Vitória do Jari, Porto Grande, Mazagão, Oiapoque e Pedra Branca. Houve forte influência dos valores do produto interno bruto sobre a formação dos grupos.

Tabela 2- Dotação de riqueza dos municípios

Município	PIB (2012) Mil reais	PIB capita (2012) Em reais	per	Participação do Setor primário no PIB Mil reais	Participação do Setor secundário no PIB Mil reais	Participação do Setor terciário no PIB Mil reais
<b>Amapá</b>	106.494(1%)	12.966,51		20.445(6,5%)	6.063(0,60%)	75.571(0,92%)
<b>Calçoene</b>	149.671 (1,43%)	16.019,61		13.677 (4,4%)	23.802 (2,30%)	99.699 (1,21%)
<b>Cutias</b>	75.476 (0,72%)	15.371,99		26.531 (8,5%)	3.152 (0,30%)	43.411 (0,53%)
<b>Ferreira Gomes</b>	122.276 (1,2%)	19.911,35		6.541 (2,1%)	22.972 (2,22%)	79.147 (0,96%)
<b>Itaubal</b>	49.147 (0,47%)	10.987,49		8.151 (2,6%)	2.736 (0,26%)	36.851 (0,45%)
<b>Laranjal do Jari</b>	466.827 (4,48%)	11.203,49		12.711 (4%)	36.209 (3,50%)	394.468 (4,8%)
<b>Macapá</b>	6.453.597 (61,93%)	15.530,10		46.530 (15%)	488.191 (47%)	5.356.414 (65%)
<b>Mazagão</b>	176.336 (1,69%)	9.909,86		18.585 (6%)	12.217 (1,20%)	140.643 (1,7%)
<b>Oiapoque</b>	290.832 (2,79%)	13.426,54		35.395 (11,4%)	16.921 (1,62%)	219.267 (2,66%)
<b>Pedra Branca</b>	269.988 (2,59%)	22.892,01		19.316 (6,2%)	64.215 (6,20%)	163.162 (2,0%)
<b>Porto Grande</b>	226.635 (2,17%)	12.818,73		34.793 (11,2%)	18.921 (1,85%)	161.899 (1,97%)
<b>Pracuúba</b>	50.290 (0,50%)	12.506,75		11.036 (3,6%)	2.466 (0,25%)	35.421 (0,43%)
<b>Santana</b>	1.594.983 (15,30%)	15.276,59		15.667 (5%)	291.264 (28%)	1.153.813 (14%)
<b>Serra do Navio</b>	101.175 (1%)	22.260,71		9.688 (3,2%)	31.788 (3%)	50.867 (0,62%)
<b>Tartarugal zinho</b>	147.649 (1,41%)	11.030,95		22.638 (7,3%)	8.731 (0,85%)	110.757 (1,35%)
<b>Vitória do Jari</b>	138.163 (1,32%)	10.617,28		9.548 (3%)	8.685 (0,85%)	115.478 (1,40%)

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Figura 1- Distância entre os municípios amapaenses em razão de suas riquezas, analisadas em função do PIB, do PIB Per capita, e da participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB dos municípios. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura.



Com base nos resultados apresentados, percebeu-se forte concentração dos fatores condicionantes ao desenvolvimento na capital Macapá e no município de Santana. Serviços é o setor de maior participação em todos os municípios. Em Macapá esse setor representa 90% do PIB e a participação do setor primário em Macapá e Santana é extremamente baixa, correspondendo, a 0,79% e 1% respectivamente. Em Laranjal do Jari e Vitória do Jari o setor terciário representa 89% e 86% do PIB, respectivamente. Embora estes municípios possuam indústrias em seus territórios, o que deveria, teoricamente, aumentar a participação do setor de transformação, nos dois casos as empresas atuam tanto no Estado do Amapá quanto no Estado do Pará, ficando o Amapá com a parte de exploração e o Pará com o restante.

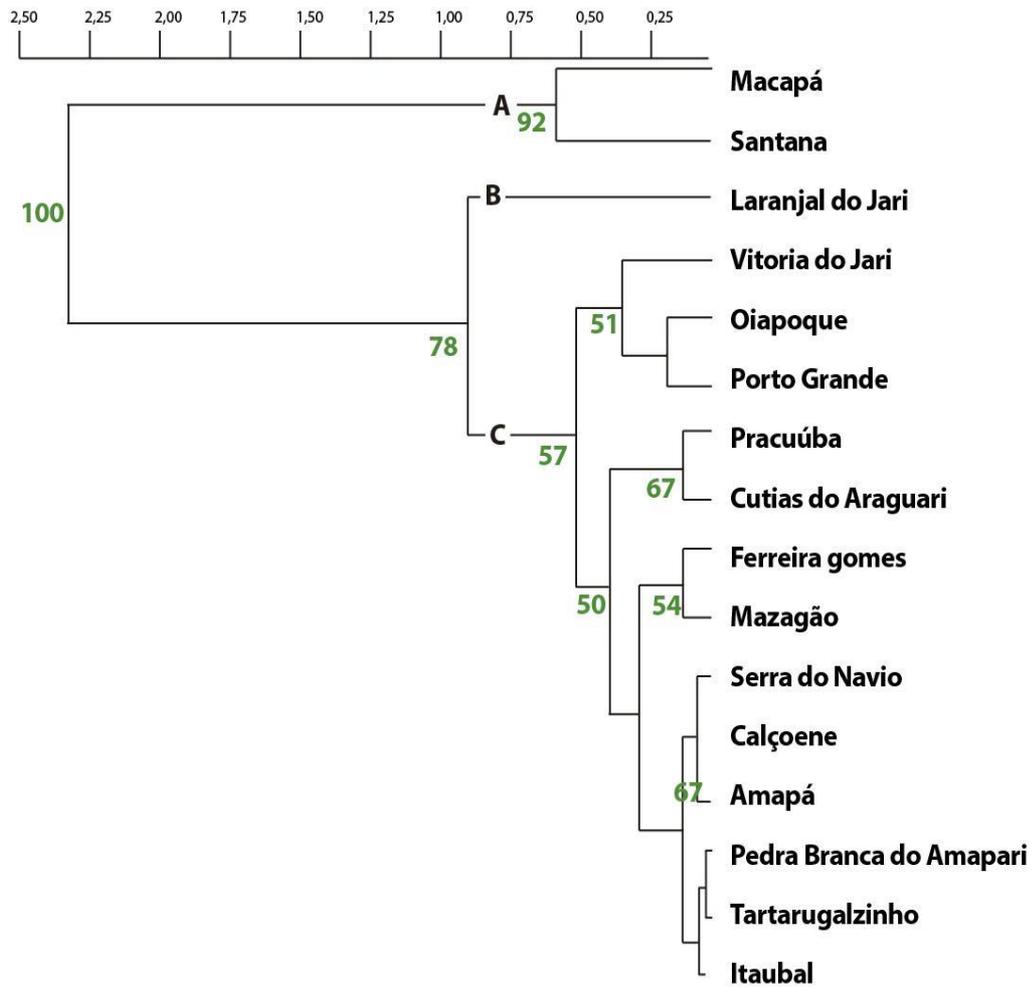
Serra do Navio é o município com a menor participação do setor terciário no PIB (55%) e com a maior participação do setor secundário (34%), seguido por Pedra Branca do

Amapari, Ferreira Gomes, Calçoene e Santana. Isso pode ser explicado devido sua questão histórica de local propício para exploração de manganês, tendo sido palco num passado recente do “primeiro empreendimento mineral moderno e de grande porte realizado na Amazônia brasileira”, (DRUMMOND E PEREIRA, 2007), referindo-se a implantação da ICOMI no município para exploração do minério, mudando consideravelmente a economia da região. A construção de hidrelétricas de Ferreira Gomes, a exploração de minérios em Calçoene e Pedra Branca, assim como a presença de área portuária e proximidade à Macapá de Santana, são responsáveis por essa maior participação do setor secundário na economia destes municípios.

Cutias do Araguari se diferencia dos demais municípios por apresentar a segunda menor participação do setor terciário (59%), e uma participação de 36% do setor primário, devido a presença da pecuária, com criação de búfalos e bovinos. O isolamento de um território é fator condicionante do desenvolvimento, pois as barreiras, físicas ou sociais, influenciam a velocidade de crescimento, seja de uma cidade, um estado ou de bairros. Colonna e Moretto (2014) avaliaram o efeito do isolamento de alguns bairros na capital de São Paulo, e verificaram que o isolamento de determinados bairros influencia na estrutura de saúde, educação e transporte destes. Para analisar o isolamento dos municípios utilizou-se dados relativos à densidade demográfica, dada pelo número de habitantes por quilômetro quadrado; o acesso, através do número de veículos por quilômetro quadrado e da quantidade de ônibus e vans para os municípios; a população estimada em 2014 e a comunicação, representada pela quantidade de operadoras que oferecem o serviço de telefone e internet em cada município.

Três grupos foram formados (Figura 2). Nesse caso o tamanho da população teve forte efeito diferenciador entre os municípios. No primeiro grupo encontram-se Macapá e Santana e no segundo grupo Laranjal do Jari. Os demais municípios ficaram distribuídos em cinco subgrupos do grupo C. Observou-se para os municípios do grupo A, densidade demográfica superior a 60 habitantes por km<sup>2</sup>, número de carros superior a 14 carros por km<sup>2</sup>, população total superior a 100 mil habitantes e presença de quatro operadoras de telefone e de internet. No grupo B, está o único município com população entre 40 e 100 mil habitantes. No grupo C, estão os municípios com até 24 mil habitantes e com menos de um carro por km<sup>2</sup>. Os subgrupos foram agregados pela densidade demográfica e pela porcentagem da população em relação a população total do estado.

Figura 2- Distância entre os municípios amapaenses em razão do isolamento, analisado em função da densidade demográfica; do acesso, através do número de veículos por quilômetro quadrado e da quantidade de ônibus e vans para os municípios; da população estimada em 2014 e da comunicação, representada pela quantidade de operadoras que oferecem o serviço de telefone e internet em cada município. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura.



O Estado do Amapá não possui ligação terrestre com o restante do país, de forma que o isolamento é um complicador natural, e toda entrada de pessoas ou materiais tem que ser feita via aérea ou fluvial. Com essa localização geográfica de quase “ilha”, o estado acaba sendo prejudicado devido o alto custo de transporte, vindo daí, por exemplo, os complicadores para a produção agrícola já que os insumos chegam a preços elevados, dificultando a concorrência dos produtos produzidos aqui e os importados. Os municípios do interior do estado, mesmo os mais próximos como Mazagão, sofrem duplamente com esse efeito “ilha”, causado primeiramente pela localização do estado, e posteriormente pelas dificuldades de acesso, como falta de estradas pavimentadas, pontes sobre os principais rios ou falta de transportes.

A maioria dos municípios possui menos de 01 carro por km<sup>2</sup> (Grupos B e C, Figura 2), a oferta de ônibus ainda que diária em alguns locais como Itaubal do Piririm que se localiza a menos de 100 km da capital, é feita apenas uma vez ao dia, devido sua pequena população. Alguns distritos localizados em Macapá, também possuem a mesma frequência de transporte público, aumentando o isolamento dessas comunidades, como São Joaquim do Pacuí e Maruanum, localizados a 150 e 60 km da capital, respectivamente. Os municípios mais distantes, como Oiapoque e Laranjal do Jari, possuem pelo menos três ônibus por dia, já Vitória do Jari, extremo sul do Estado, não possui transporte direto saindo da capital, é preciso pegar um ônibus até Laranjal do Jari e de lá seguir para Vitória do Jari.

A comunicação também é falha, tendo em vista a pouca cobertura pelos prestadores de serviços de telefonia e de internet, como observado nessa pesquisa, onde quase todos os municípios do grupo C (Figura 2) são atendidos por apenas uma empresa de telefonia. Com exceção de dois municípios que são atendidos por duas empresas, e mesmo assim a cobertura não é de 100% da área, pois vários são os locais onde só pega sinal de celular com antenas fixas, como na Comunidade Conceição do Macacoari, a 70 km do centro de Macapá, deixando os moradores reféns de seus serviços, que podem ser caros e de má qualidade, pois não havendo possibilidade de troca os mesmos precisam continuar com estes.

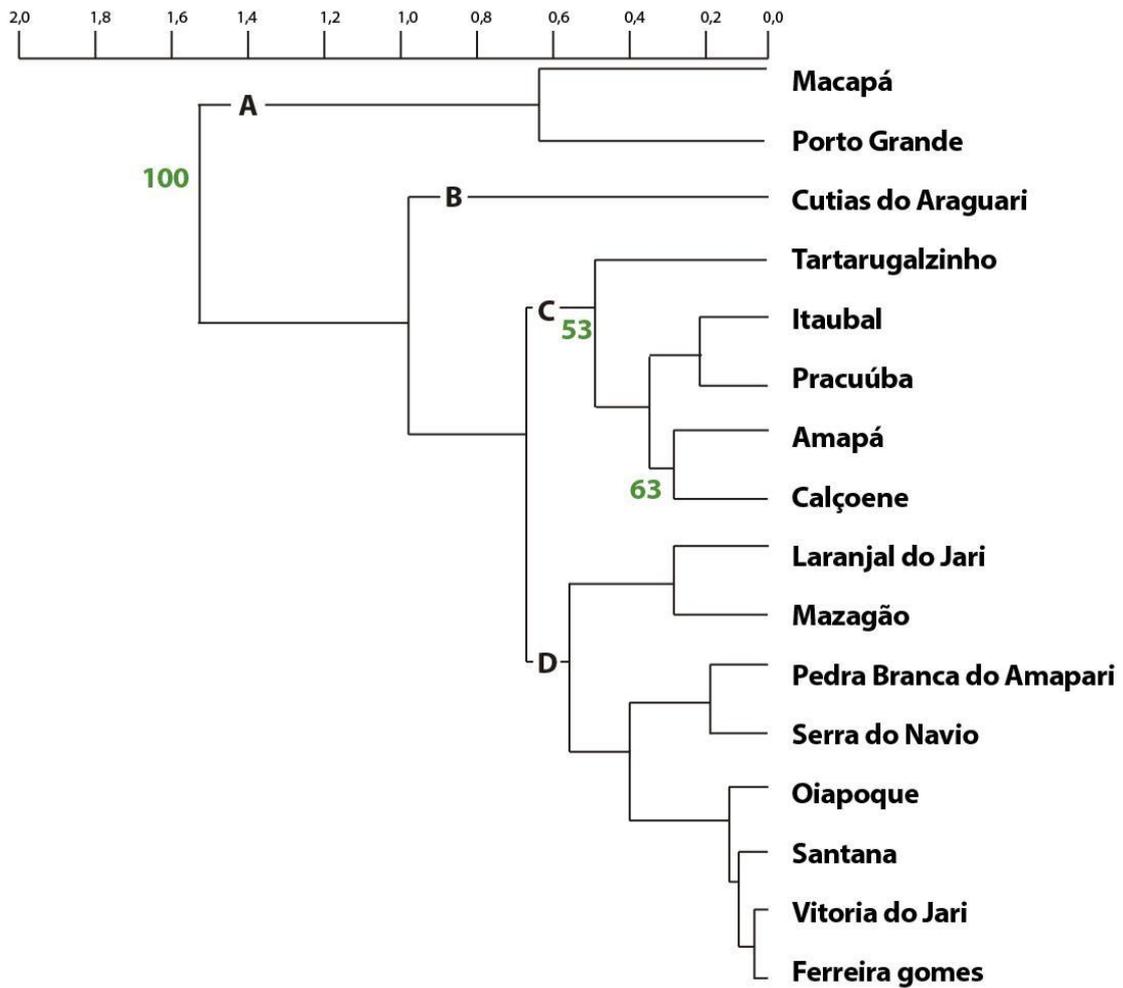
Quanto aos serviços de internet, apenas o grupo A (Figura 2) possui serviço atendido por fibra ótica, e somente alguns bairros, nos demais municípios o sinal de internet chega via rádio, via celular (3G) ou ADSL “Asymmetric Digital SubscriberLine” (Linha Digital Assimétrica para Assinante), que é um tipo de tecnologia que, usando uma linha telefônica comum, permite ao usuário transferir digitalmente dados em alta velocidade. A baixa densidade demográfica dos municípios também tem forte influência no isolamento, pois, os tecidos sociais precisam ser formados para que haja uma interação entre as pessoas e para que

essa interação leve à troca de experiências e, conseqüentemente, à troca de produtos e à comercialização. Neste ponto, somente o grupo A (Figura 2), que é formado pelas cidades de Macapá e Santana, possui uma densidade demográfica alta, quando comparada aos municípios do Amapá (62 e 64 hab km<sup>-2</sup>, respectivamente), os grupos B e C variam de 0,5 a 5 habitantes por km<sup>2</sup>, tornando a população nessas cidades dispersas, o que dificulta a prestação de alguns serviços, sejam privados ou públicos, como o atendimento à saúde e educação, por exemplo.

A associação da agricultura familiar ao desenvolvimento possui precedentes empíricos (KAGEYAMA, 2008). Como exemplos de sucesso dessa associação pode-se citar o caso da industrialização difusa na Itália, no meio-oeste dos Estados Unidos e na região Sul do Brasil. Para a análise da “presença da agricultura familiar” considerou-se a existência do órgão de assistência técnica e extensão rural pública, porquanto, sendo este órgão o responsável por atender os agricultores familiares, seria um indicador da presença destes produtores no município, a quantidade de técnicos nesse órgão para atender os agricultores, a área média dos estabelecimentos agropecuários (em hectares) e a quantidade desses. No dendrograma obtido pelos indicadores relacionados à presença da agricultura familiar (Figura 3), pôde-se observar a formação de quatro distintos grupos.

No primeiro grupo (A), estão os municípios de Macapá e Porto Grande. Neste, a quantidade de estabelecimentos agropecuários ficou acima de 400 unidades, os demais grupos ficaram abaixo desse número, e a área média dos estabelecimentos agropecuários ficou entre 170 e 300 hectares. No grupo B, formado por Cutias, a área média dos estabelecimentos agropecuários está acima de 1.400 hectares, bastante distinto tanto do grupo A quanto do grupo C. Nos municípios que formaram o grupo C, o tamanho dos estabelecimentos agropecuários variou entre 300 e 500 hectares e o número de técnicos do órgão de extensão rural disponíveis para atender os agricultores ficou entre quatro e cinco pessoas. No grupo D ficaram agrupados os municípios que possuem estabelecimentos agropecuários com área média abaixo de 170 hectares, exceto Santana, que possui área média dos estabelecimentos igual a 190 hectares, mas se distingue do grupo A, pelo seu baixo número de estabelecimentos agropecuários.

Figura 3- Distância entre os municípios amapaenses em função de indicadores relacionados à presença da agricultura familiar, analisada em razão da área média dos estabelecimentos agropecuários (em hectares), a quantidade desses, a presença do órgão de extensão rural e assistência técnica no município e a quantidade de técnicos nesse órgão para atender os agricultores. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura.



Segundo Caporal e Ramos (2006) o número ideal de famílias atendidas por técnicos extensionistas é de 100 para cada técnico, porém, esse número deve ser adequado para cada realidade de acordo com a distância das propriedades e condições de trabalho de cada lugar. No Amapá, a maioria dos municípios ficou com menos de 100 famílias por técnico extensionista, só três locais ultrapassaram essa média, que são Calçoene, Tartarugalzinho e Porto Grande com 195, 218 e 144 famílias por técnico, respectivamente. Macapá possui mais de um escritório, devido á distância entre os distritos, como São Joaquim do Pacuí e Maruanum e destacou-se com o maior número de técnicos agropecuários, 33 no total. Os municípios com menores números de técnicos são Cutias e Serra do Navio, com três cada.

Segundo a lei da agricultura familiar (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para ser enquadrado como tal, o agricultor familiar pode ter até quatro módulos fiscais. O módulo fiscal varia de 50 a 70 hectares no Amapá, enquanto no Paraná é de 30 ha e Santa Catarina de 24 ha (Inkra, 2013), assim é possível que um agricultor familiar aqui no estado possua um terreno maior que 250 hectares. Os municípios que compõem o grupo D são os mais bem enquadrados neste tópico, com a maioria das áreas com 4 módulos.

No grupo B, o município de Cutias do Araguari se encontra sozinho, devido sua grande diferença com relação aos outros municípios no quesito tamanho da propriedade. Certamente, isso pode ser explicado por causa do seu histórico de criação extensiva de búfalos e bovinos, que é uma atividade que necessita de áreas maiores para prática. Para analisar a quantidade de famílias buscou-se o número de estabelecimentos agropecuários, fornecido pelo IBGE e o número de declarações de aptidão ao Pronaf (DAP) emitidas em cada município. A DAP serve para identificar o agricultor familiar. O documento dá acesso a políticas públicas como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e aos programas de compra pública, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (Pnae). Nela são respondidas várias questões sobre o que é produzido na propriedade, a quantidade e o tipo de cultura explorada pelo agricultor, para saber em que tipo de linha de crédito ele se encaixa, conforme a renda e outros quesitos, como forma de exploração da terra por exemplo.

A DAP é um documento emitido por unidade familiar, porém, ainda existe um pouco de confusão com relação a esse documento por parte de alguns técnicos emissores, pois, em uma mesma propriedade podem co-existir duas famílias, como por exemplo, um filho que

casou e trouxe a esposa para dentro de casa, ou ainda marido e mulher que não são casados legalmente, indo cada um buscar a sua DAP, omitindo a informação da união estável, o que pode gerar duas DAPs em uma mesma família, por isso preferiu-se no momento utilizar os dados do IBGE, relativos ao número de propriedades.

Quanto aos fatores demográficos analisou-se a razão de dependência demográfica. Razão de dependência demográfica mostra o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Valores elevados indicam que a parte “produtiva” da população local precisa amparar uma grande proporção de dependentes. Analisou-se separadamente dois grupos, jovens e idosos, o total destes e separados por área urbana e área rural.

Procurou-se entender a razão de dependência demográfica nos municípios, pois esta influencia diretamente na renda per capita da família, já que “a baixa renda per capita de uma família pode advir de dois fatores imediatos: a) uma baixa renda média dos adultos; ou b) uma alta razão de dependência” (PAES DE BARROS ET AL., 2004). Quanto maior for a razão de dependência, menor será a quantidade de dinheiro para sustentar cada membro da família.

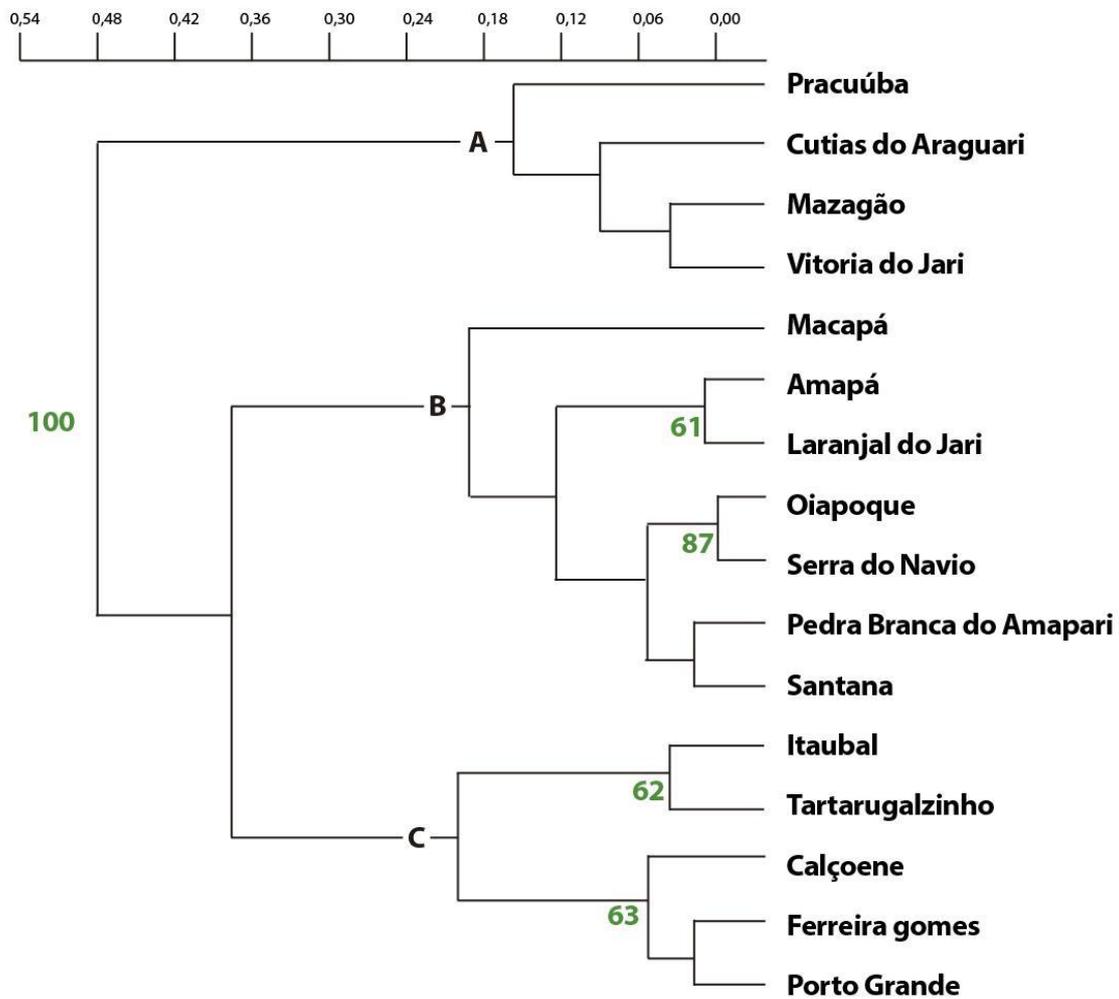
Além disso, Paes de Barros et al. (2003) argumentam que:

famílias com a presença de crianças, adolescentes, jovens e idosos incorrem em despesas adicionais relacionadas à transmissão de regras e hábitos de convivência, cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.), além de apresentar necessidades específicas de educação e atendimento médico.

O envelhecimento da população brasileira é tema de diversos estudos e muitos apontam para uma necessidade de políticas públicas voltadas para essa camada da população, por esses motivos esse tópico é tão importante quando se analisa o desenvolvimento dos municípios. A razão de dependência total é bastante variada entre os municípios amapaenses, indo de 0,52 e 0,57 em Macapá e Santana respectivamente, à 0,86 em Pracuúba. Atenta-se para o detalhe que as menores razões de dependência estão nos dois municípios mais populosos e com maiores participações no PIB do Estado.

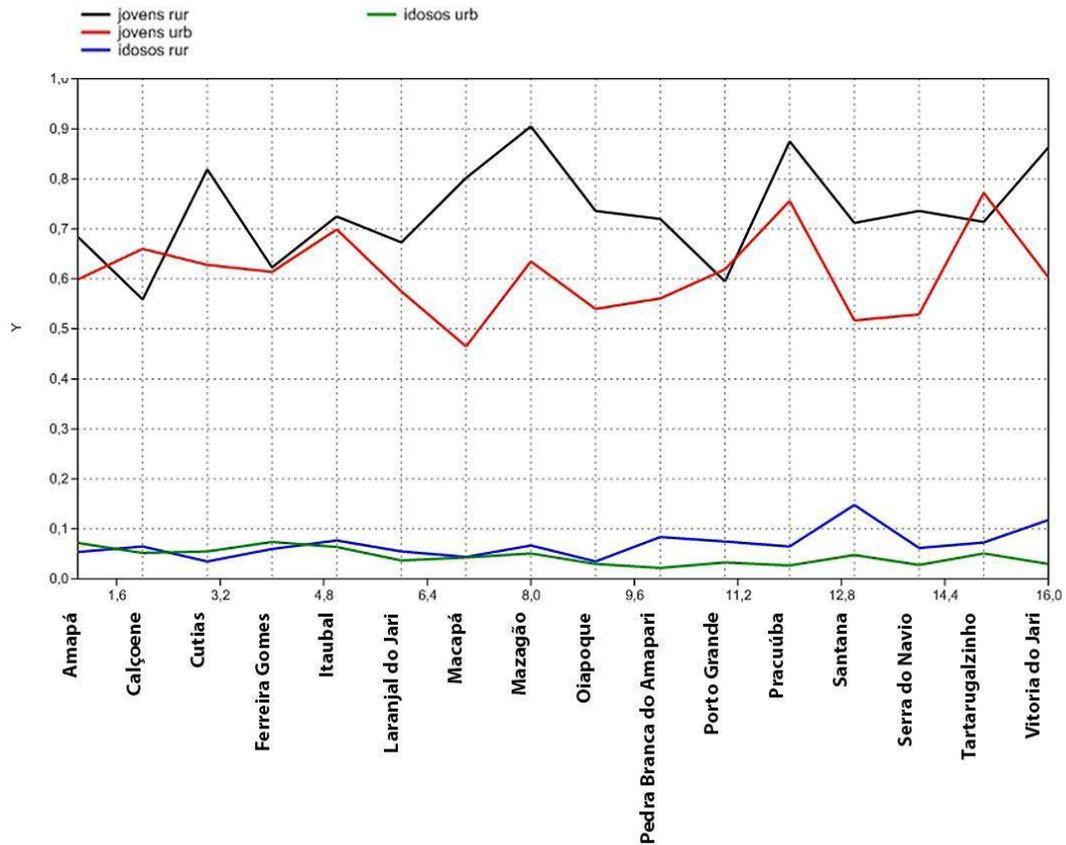
No grupo A (Figura 4), agruparam-se os municípios com razão de dependência total rural alta, acima de 0,85, e razão de dependência total urbana média, entre 0,63 a 0,78. No grupo B, juntaram-se todos os municípios com razão de dependência urbana baixa, abaixo de 0,6 e 0,1, para jovens e idosos, respectivamente, o que os torna um pouco melhores que os outros grupos nesse item. Já o grupo C é formado por municípios com razão de dependência total urbana mediana mais razão de dependência total rural baixa ou média.

Figura 4- Distância entre os municípios amapaenses em razão de indicadores relacionados aos fatores demográficos, analisada em função da razão de dependência. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura.



Com relação a zona rural, os grupos A (formado por Cutias, Mazagão, Pracuúba e Vitória do Jari) e B (formado por Amapá, Laranjal do Jari, Macapá, Santana, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio) (Figura 4) possuem razão de dependência maiores do que a zona urbana. Nos três grupos a razão de dependência dos jovens é muito maior que a dos idosos, chegando a proporção a ser, em todos os casos, de mais de 80% de jovens sobre idosos, o que mostra que apesar de a preocupação global ser com idosos, em curto prazo, políticas precisam ser voltadas para as camadas mais jovens da população dos municípios amapaenses ( Figura 5).

Figura 5 - Razão de dependência de jovens e idosos, rurais e urbanos



O direito ao acesso à educação está previsto na Constituição Brasileira de 1988, no artigo 6º, onde dispõe sobre os direitos sociais do cidadão e ainda no artigo 23º, onde diz que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) V- proporcionar os meios de acesso (...) à educação e à ciência”, e ainda na lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, que garante educação pública, gratuita e de qualidade para todos os brasileiros. Kageyama (2008) trata a educação como um dos fatores mais importantes para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento em geral. Sabe-se que o acesso às escolas e ensino superior não é garantia de qualidade em educação, porém, é o primeiro passo para analisar, já que sem esse acesso é impossível dar continuidade às pesquisas qualitativas.

Utilizou-se número de pessoas que cursavam faculdade em 2010; o número de pessoas já graduadas; o número de mestres e doutores; o número de escolas, divididas por etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio) e dados qualitativos, relacionados à

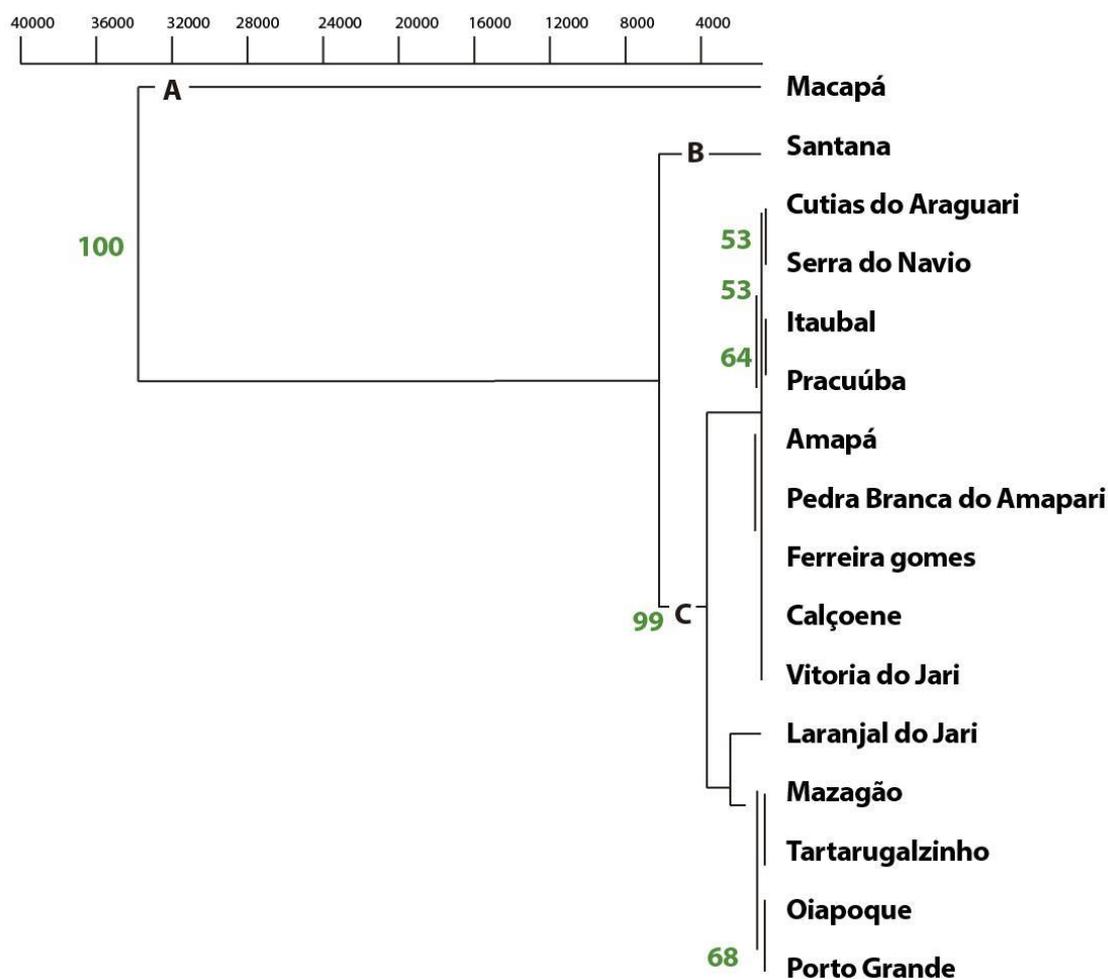
existência de faculdades presenciais e ensino superior à distância, por município, para avaliar o “Acesso à educação”, como fator condicionante ao desenvolvimento. No dendrograma relativo ao acesso à educação (Figura 6) formaram-se apenas três grupos, evidenciando, mais uma vez, uma grande distância entre a capital Macapá e Santana, dos demais municípios amapaenses.

No grupo A, ficou apenas a capital Macapá, com uma diferença bastante considerável em relação aos demais grupos. Macapá apresenta mais de 20 mil graduandos, mais de 600 mestres e mais de 200 doutores. No grupo B, está o único município que possui de 3 a 20 mil graduandos, entre 100 e 600 mestres e de 30 a 200 doutores. Quanto à presença de faculdades, os dois primeiros grupos possuem as duas modalidades, presenciais e à distância, enquanto o grupo C só possui uma ou outra opção, exceto Mazagão, que também oferta as duas modalidades à sua população.

No grupo C, estão todos os municípios com menos de 3 mil graduandos, menos de 100 mestres e menos de 30 doutores, sendo que há uma subdivisão em dois grupos, no primeiro grupo que vai de Cutias do Araguari a Vitória do Jari, estão os municípios com menos de 200 graduandos e menos de 200 graduados, no segundo grupo que vai de Laranjal do Jari a Porto Grande, os que estão acima desse número. O número de escolas seguiu a mesma linha dos outros resultados, com mais escolas nos grupos A e B, e menos escolas no grupo C (Figura 6).

No quesito “ensino superior”, apenas cinco municípios possuem faculdades presenciais (Macapá, Santana, Mazagão, Laranjal do Jari e Oiapoque) e em apenas 50% destes é possível cursar um curso superior na modalidade à distância, o que faz com que a população de 11 cidades, que esteja interessada em concluir um terceiro grau, seja obrigada a se deslocar até a capital para ter acesso ao mesmo. Isso gera um desestímulo ao jovem, principalmente aos de baixa renda, que não têm condições de se manter em outra cidade, onde precisará ter uma renda para se deslocar, se alimentar e residir, caso não possua família naquele local.

Figura 6- Distância entre os municípios amapaenses em função dos indicadores de acesso à educação, analisados em razão do número de pessoas que cursavam faculdade em 2010; o número de pessoas já graduadas; o número de mestres e doutores; o número de escolas, divididas por etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio) e a existência de faculdades presenciais e ensino superior à distância, por município.



Com relação ao número de escolas, comparou-se a quantidade de escolas (Tabela 3) para o número de matrículas de crianças e jovens do município e o número de docentes.

**Tabela 3-** Número de Escolas por Etapa de Ensino nos municípios amapaenses.

Municípios	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Amapá	3	8	<b>11</b>	7	15	<b>22</b>	1	0	<b>1</b>
Calçoene	3	8	<b>11</b>	7	13	<b>20</b>	1	2	<b>3</b>
Cutias	2	9	<b>11</b>	2	11	<b>13</b>	1	1	<b>2</b>
Ferreira Gomes	3	2	<b>5</b>	3	6	<b>9</b>	1	0	<b>1</b>
Itaubal	2	10	<b>12</b>	2	16	<b>18</b>	1	2	<b>3</b>
Laranjal do Jari	10	27	<b>37</b>	21	39	<b>60</b>	2	1	<b>3</b>
Macapá	34	26	<b>60</b>	107	106	<b>213</b>	25	14	<b>39</b>
Mazagão	4	19	<b>23</b>	5	62	<b>67</b>	1	4	<b>5</b>
Oiapoque	6	29	<b>35</b>	7	34	<b>41</b>	1	4	<b>5</b>
Pedra Branca do Amapari	3	5	<b>8</b>	5	21	<b>26</b>	1	1	<b>2</b>
Porto grande	2	11	<b>13</b>	4	24	<b>28</b>	2	1	<b>3</b>
Pracuúba	1	5	<b>6</b>	2	10	<b>12</b>	1	1	<b>2</b>
Santana	12	11	<b>23</b>	35	24	<b>59</b>	9	4	<b>13</b>
Serra do navio	1	4	<b>5</b>	2	7	<b>9</b>	1	2	<b>3</b>
Tartarugalzinho	1	16	<b>17</b>	5	30	<b>35</b>	1	4	<b>5</b>
Vitoria do jari	5	20	<b>25</b>	6	21	<b>27</b>	1	1	<b>2</b>

Fonte: Ministério da Educação, 2015 (adaptado pelo autor).

Macapá e Santana, que ficaram distante dos demais 14 municípios (Figura 6) apresentaram, respectivamente: 21/18 alunos/docente, 164/146 alunos/escola no ensino infantil; 19/17 alunos/docente e 351/350 alunos/escola no ensino fundamental e, 15/14 alunos/docente e 618/462 alunos/escola no ensino médio. No grupo C ficaram enquadrados 14 municípios, que apresentaram valores abaixo dos de Macapá e Santana. Com uma média de 18 alunos/docente, 42 alunos/escola no ensino infantil; 16 alunos/docente, 115 alunos/escola no ensino fundamental e 12 alunos/docente, 168 alunos/escola no ensino médio.

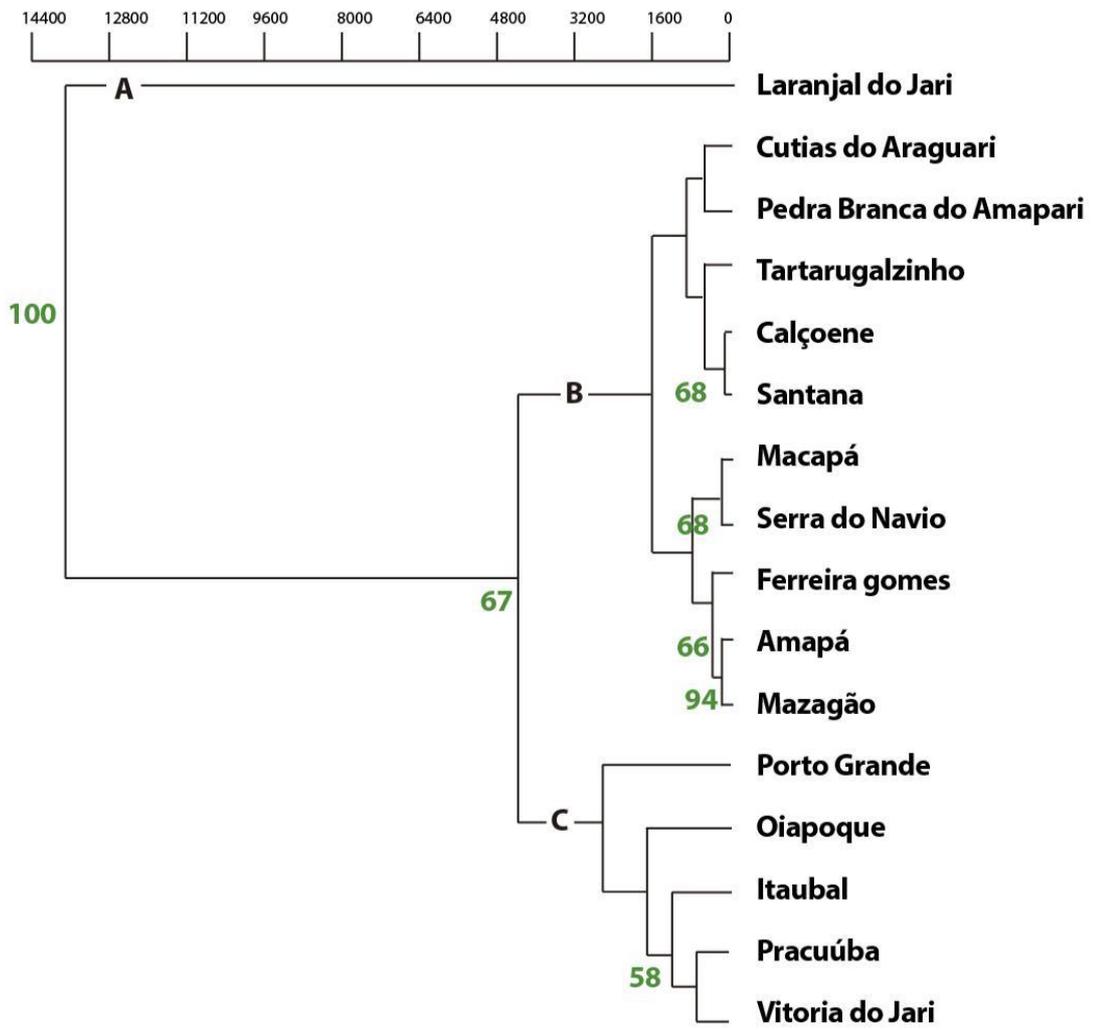
## 4.2 CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO

O segundo ponto de análise adotado nesse trabalho diz respeito às características do modelo de desenvolvimento de cada município. Foram escolhidos cinco grupos de indicadores: os indicadores das características da atividade agrícola, indicadores relacionados ao cuidado com o meio ambiente e preservação ambiental, indicadores de saúde, e indicadores sociais relacionados ao bem estar. Buscou-se ainda analisar indicadores relacionados às atividades comercial e industrial, porém, não foram obtidos com sucesso. O setor primário como visto anteriormente, é um setor de pequena participação no PIB do Estado do Amapá. Acredita-se que a atividade agrícola é uma atividade com forte ligação ao desenvolvimento, pois dependendo de suas características pode elevar os índices relacionados tanto ao crescimento econômico quanto ao desenvolvimento de uma forma geral.

Para Kageyama (2008), a ideia de uma agricultura diversificada e produtiva pode ser observada de forma simples e servir de base para a análise do desenvolvimento através de dados relacionados à produtividade e à diversificação de culturas, como o valor da produção por hectare, valor da produção por pessoa ocupada, relação entre áreas de lavouras e áreas de outros usos e relação entre áreas de pastagem plantada e natural, indicadores que serão usados neste tópico. Observou-se a formação de três grupos distintos, com base nos indicadores relacionados à atividade agrícola dos municípios (Figura 7). O primeiro (A) formado pelo município de Laranjal do Jari, que apresentou valores de produção por hectare acima de R\$ 10.000,00; o segundo (B), formado por dez municípios, que apresentam valores de produção por hectare abaixo de R\$ 200,00 e, o terceiro grupo (C), formado por cinco municípios que apresentam valores de produção por hectare entre R\$ 200,00 e R\$ 2.000,00.

Todos os municípios possuem um baixo valor na relação entre áreas de lavouras e de outros usos, mostrando que as áreas de lavoura ainda são poucas em relação as pastagens naturais e plantadas, matas plantadas e terras produtivas não utilizadas. Laranjal do Jari apresentou um resultado bem específico, se destacando como o município com maior valor da produção por hectare e o menor valor da produção por pessoa ocupada, ficando isolado no grupo A. Já nos municípios do grupo B, Ferreira Gomes se destaca como tendo o maior valor no indicador relação entre áreas de lavouras e de outros usos, próximo de um (0,87), e um alto valor da produção por pessoa ocupada, porém, como todos os outros municípios desse grupo, possui um baixo valor da produção por hectare, R\$ 64,00. Pracuúba, com o menor valor de relação entre áreas de lavouras e de outros usos, apenas 0,05, se enquadra no grupo C, com altos valores de produção, acima de R\$ 1.000,00.

Figura 7- Distância entre os municípios em função dos indicadores de atividade agrícola, analisados em função do valor da produção por hectare, valor da produção por pessoa ocupada, relação entre áreas de lavouras e áreas de outros usos e relação entre áreas de pastagem plantada e natural.

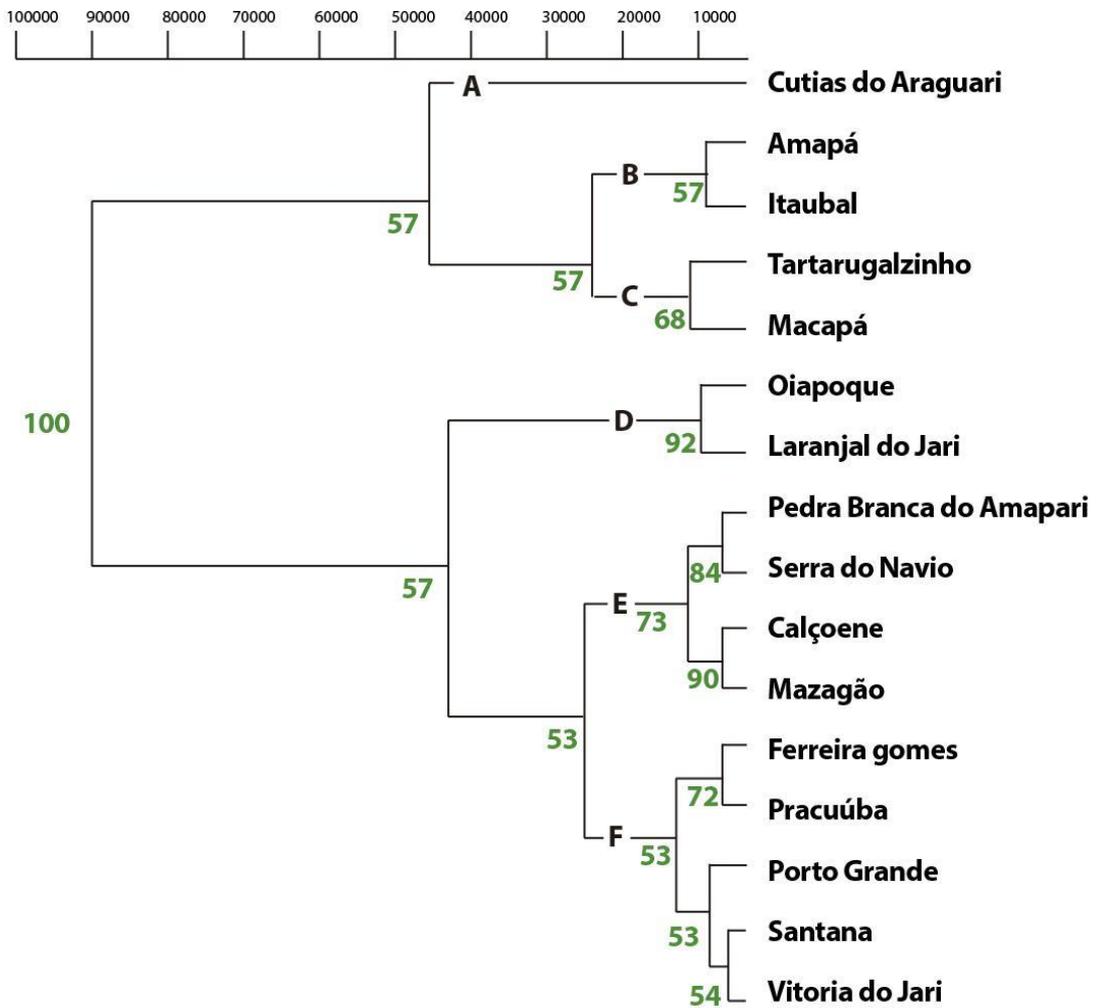


No indicador relação entre áreas de pastagens plantadas e natural, destacam-se os municípios de Oiapoque e Porto Grande, com 2 e 1,7 ha de pastagem plantada, para cada ha de pastagem natural, respectivamente. Nestes municípios têm destaque a criação de bovinos, bubalinos e suínos e a produção de mandioca, laranja e milho, na composição do PIB municipal. Os dados relacionados ao número de rebanho bovino e bubalino por município mostram que no município do Amapá a prática extensiva ainda é dominante, onde predominam os maiores rebanhos não necessariamente irão predominar as pastagens plantadas.

Admitiu-se neste trabalho que a presença ou ausência de secretaria municipal de meio ambiente, de legislação ambiental municipal, de aterros controlados, o percentual de área de floresta, o percentual de desmatamento em área de floresta e o rebanho de bubalinos são características do modelo de desenvolvimento relacionadas à proteção ao meio ambiente. Todos os municípios possuem secretaria de meio ambiente, o que é um ponto positivo já que mostra a importância dada ao tema por parte das prefeituras, deixando uma pasta exclusiva para tratar do assunto, apesar de não ser o suficiente para garantir a qualidade das políticas públicas, já é o primeiro passo para discuti-las. Com relação a “Legislação Ambiental”, apenas sete municípios possuem, 44% do total, são eles: Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Macapá, Oiapoque e Porto Grande. No quesito “aterro sanitário”, só a capital Macapá possui, os demais municípios apenas possuem lixões.

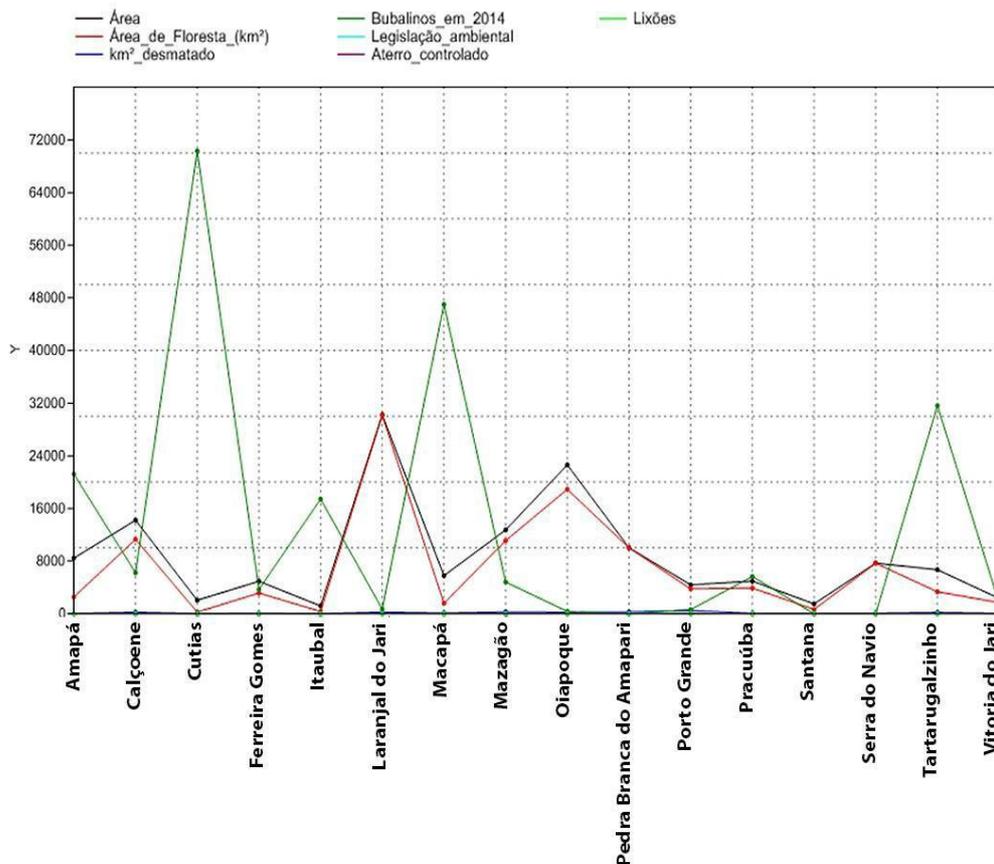
O dendrograma formado a partir destes indicadores mostrou a formação de seis grupos (Figura 8). Cutias do Araguari ficou no grupo “A”, por apresentar percentual de área de floresta abaixo de 20% e número de bubalinos acima de 70.000 cabeças. O número de bubalinos foi incluído nessa análise devido a associação que é feita entre a presença desta atividade e ocorrência de assoreamento dos rios; o grupo “B” foi formado pelos municípios com mais de 10.000 e menos de 30.000 cabeças de búfalos e com percentual de área de florestas de 30%; já o grupo “C”, foi formado pelos municípios onde o percentual de desmatamento em área de floresta variou entre 5 e 10% e o número de cabeça de búfalos ficou acima de 30.000 e abaixo de 70.000; no grupo “D” estão os municípios que possuem entre 250 e 260 km<sup>2</sup> desmatados em área de floresta e entre 350 e 700 cabeças de bubalinos; no grupo “E” estão todos os municípios com mais de 5.000 e menos de 18.000 km<sup>2</sup> de área de floresta; e no último grupo estão os municípios com número de bubalinos de 600 a 6.000 e que possuem área de floresta entre 600 e 4.000 km<sup>2</sup>.

Figura 8- Distância entre os municípios em função dos indicadores ambientais, analisados em razão da presença ou ausência de secretaria municipal de meio ambiente, de legislação ambiental municipal e de aterros controlados, percentual de área de floresta, percentual de desmatamento em área de floresta e rebanho de bubalinos.



O índice de desmatamento entre 2014 e 2015 no Amapá foi de 4 km<sup>2</sup> de áreas de florestas, segundo o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia- Imazon, sendo considerado um resultado baixo, ficando em segundo lugar, atrás apenas do Estado de Tocantins. Esse resultado, segundo o ambientalista Almeida Junior, em entrevista ao G1 Amapá (2015), está mais relacionado às áreas de conservação e indígenas existentes, que não permitem a derrubada de árvores, do que uma consciência ambiental da população. Com relação aos municípios, o índice de desmatamento ficou abaixo de 15%, ficando 11 municípios abaixo dos 5%. Já o número de bubalino aumentou em 10 dos 16 municípios, e em Cutias do Araguari e Itaubal do Pírim, houve um aumento de 50% e de 600%, respectivamente.

Figura 9- Gráfico com os indicadores ambientais utilizados para análise da preservação ambiental, como fator das características do desenvolvimento.



Na figura 9 pode-se ver o alto número de bubalinos nos municípios de Cutias, Macapá e Tartarugalzinho e uma área municipal acima de 20 mil km<sup>2</sup>, nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque. Uma questão interessante são os eixos da área municipal e da área de floresta, que se cruzam em alguns pontos, como Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari e

Serra do Navio, mostrando que as áreas dos municípios e das florestas são praticamente os mesmos.

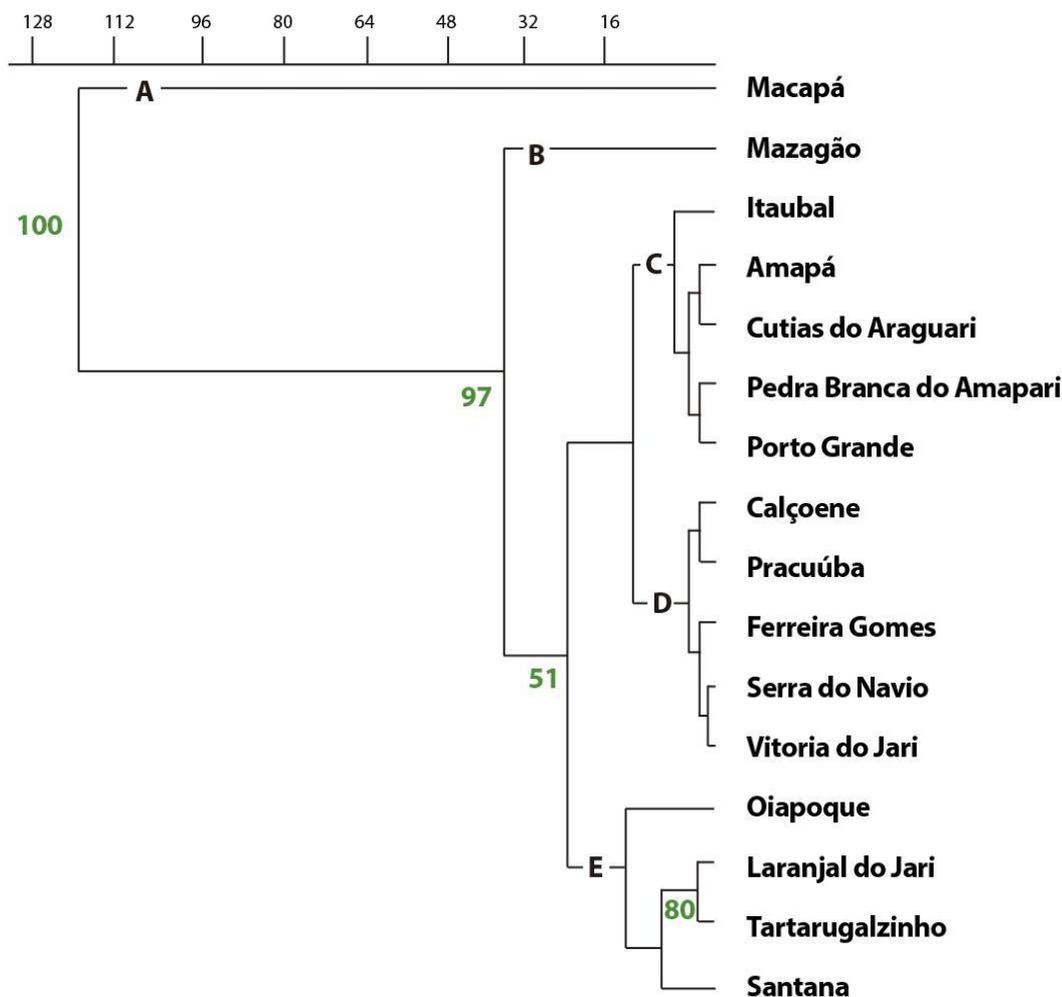
Em 2010 entrou em vigor a lei 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e que tem como prioridades a redução do volume de resíduos gerados, a ampliação da reciclagem, aliada a mecanismos de coleta seletiva com inclusão social de catadores e a extinção dos lixões. Além disso, prevê a implantação de aterros sanitários que receberão apenas dejetos, aquilo que, em última instância, não pode ser aproveitado. As capitais e municípios de região metropolitana terão até 31 de julho de 2018 para acabar com os lixões. Os municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes, com base no Censo de 2010, terão um ano a mais para programar os aterros sanitários. As cidades que têm entre 50 e 100 mil habitantes terão prazo até 31 de julho de 2020. Já o prazo para os municípios com menos de 50 mil habitantes será até 31 de julho de 2021. Com base nisso, vemos que os municípios ainda estão dentro do prazo para reverter esse quadro de quase 100% de lixões no estado, mostrados no gráfico.

Assim como a presença de bons indicadores relacionados à educação, bons indicadores relacionados à saúde são fundamentais para o desenvolvimento. Para analisar esta característica, avaliou-se o número de estabelecimentos de saúde. Os dados referem-se ao quantitativo de Academia de saúde, Unidade Básica de Saúde, Posto de Saúde, Secretaria de Saúde, Unidade de Vigilância em Saúde, Unidade Mista, Unidade Móvel Terrestre, Central de Notificação Captação e distribuição de Órgãos Estadual, Laboratório de Saúde Pública, Central de Regulação, Clínica/Ambulatório especializado, Unidade de serviço de apoio de Diagnose e Terapia, Unidade Móvel de nível pré-hospitalar-urgência/emergência, Unidade de atenção à saúde indígena, Pronto socorro geral, Pronto Atendimento, Hospital Geral, Hospital Especializado, Farmácia, Cooperativa, Consultório, Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e Central de Regulação médica das urgências por município.

O dendrograma formado apresentou cinco grupos (Figura 10). O grupo A, formado pela capital Macapá que apresenta mais de 100 unidades de saúde no total. O segundo grupo formado pelo município de Mazagão que apresenta mais de 20 postos de saúde. Os grupos C, D e E foram formados por 5, 5 e 4 municípios, respectivamente. No grupo C, ficaram os municípios que apresentam entre 5 a 9 postos de saúde e uma média de aproximadamente 12 unidades de saúde no total. No grupo D, ficaram os municípios que possuem de 0 a 3 postos de saúde, mas que possuem um número maior de unidades básicas de saúde, de 1 a 6, com exceção de Pracuúba, que possui três postos de saúde para apenas uma unidade básica de saúde e com 6 a 10 estabelecimentos de saúde total. E o grupo E, ficaram os municípios que

apresentam entre 16 e 48 estabelecimentos de saúde no total, 6 a 14 unidades básica de saúde e uma média de 2 postos de saúde por município.

Figura 10- Distância entre os municípios em função dos estabelecimentos de saúde, analisados em razão da quantidade de Academia de saúde, Unidade Básica de Saúde, Posto de Saúde, Secretaria de Saúde, Unidade de Vigilância em Saúde, Unidade Mista, Unidade Móvel Terrestre, Central de Notificação Captação e distribuição de Órgãos Estadual, Laboratório de Saúde Pública, Central de Regulação, Clínica/Ambulatório especializado, Unidade de serviço de apoio de Diagnose e Terapia, Unidade Móvel de nível pré-hospitalar-urgência/emergência, Unidade de atenção à saúde indígena, Pronto socorro geral, Pronto Atendimento, Hospital Geral, Hospital Especializado, Farmácia, Cooperativa, Consultório, Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e Central de Regulação médica das urgências.



O Sistema Firjan, formado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Cirj (Centro Industrial do Rio de Janeiro), Sesi, Senai e Iel, desde 2008 adota um índice de desenvolvimento municipal com base no IDH, analisando variáveis ligadas ao emprego e renda, saúde e educação. Na saúde, as variáveis analisadas são: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internação sensível à atenção básica, todas retiradas dos dados do Ministério da Saúde. O índice varia de 0 (ponto mínimo) a 1 (ponto máximo) e classifica o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento, ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Para o Amapá, o índice Firjan de desenvolvimento municipal classifica os municípios, com relação à saúde, da seguinte maneira (tabela 4):

**Tabela 4-** Ranking nacional e municipal dos municípios amapaenses segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

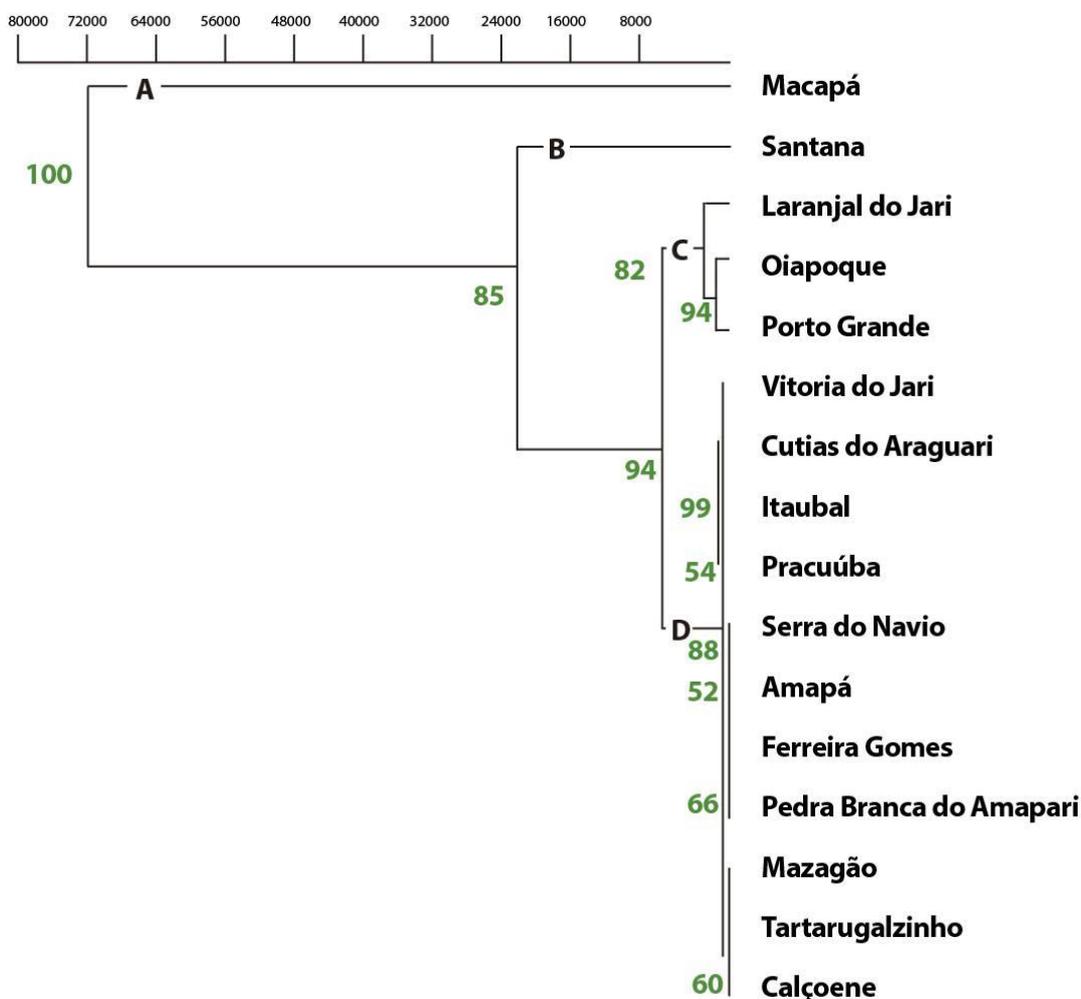
Município	Nacional	Estadual	Saúde
Serra do Navio	2085°	1°	0,7955
Itaubal	3288°	2°	0,7122
Cutias	3638°	3°	0,6860
Macapá	3846°	4°	0,6653
Vitória do Jari	3980°	5°	0,6532
Santana	4122°	6°	0,6390
Ferreira Gomes	4267°	7°	0,6233
Pedra Branca do Amapari	4344°	8°	0,6153
Laranjal do Jari	4353°	9°	0,6144
Pracuúba	4461°	10°	0,6012
Mazagão	4487°	11°	0,5975
Tartarugalzinho	4610°	12°	0,5811
Oiapoque	5112°	13°	0,4797
Calçoene	5361°	14°	0,4025
Porto Grande	5363°	15°	0,4020
Amapa	5501°	16°	0,3324

Serra do Navio, que ocupa o primeiro lugar na tabela do IFDM, apresenta oito unidades de saúde no total (ficando na frente apenas de Pracuúba, que apresenta seis) sendo dessas oito, seis unidades básicas de saúde- UBS. Para tal resultado, propõe-se duas explicações plausíveis, a primeira seria que a quantidade de estrutura física não está relacionada com a qualidade do serviço prestado, ou seja, mesmo não possuindo hospitais, laboratórios, clínicas especializadas ou unidades móveis, as unidades básicas existentes conseguem prestar um bom serviço à população. A segunda explicação possível para tal resultado está ligada ao fato de que municípios pequenos, assim como a segunda e a terceira colocada, Itaubal do Piririm e Cutias do Araguari, que possuem entre 4.500 e 5.000 habitantes, aproximadamente, não possuem hospitais, sendo encaminhados os casos mais graves para Macapá, onde são registrados os dados relacionados às variáveis pesquisadas, como por exemplo, os óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis.

No dendrograma formado nesta pesquisa, a capital Macapá, como era de se esperar, ficou em um grupo isolado, determinado pelo seu alto número de UBS, postos de saúde, clínicas especializadas e por ser o único município do estado a ter pronto socorro geral e pronto atendimento. A frota de veículos de um município pode ser indicador de desenvolvimento social quando entende-se que o carro está associado ao lazer e ao conforto, como também à satisfação pessoal. A questão de transportes já foi abordada nos Fatores Condicionantes do Desenvolvimento, quando tratou-se da questão do isolamento. Agora, analisa-se a frota dos municípios com vistas aprofundar essa análise, relacionando-se o número de carros pequenos, caminhonetes, motos, tratores, ônibus e caminhões com a questão ambiental e social.

O dendrograma formado apresentou quatro grupos (Figura 11). No grupo A somente se enquadrou o município de Macapá, com mais de 2.000 caminhões, mais de 40.000 motos, mais de 800 ônibus e com o maior número total de veículos. No grupo B, o município de Santana, com o segundo maior número total de veículos, mais de 20.000 unidades, mais de 7.000 motocicletas, mais de 150 ônibus e mais de 70 tratores. No grupo C, Laranjal do Jari, Oiapoque e Porto Grande, com 40 a 100 caminhões, 700 a 3.000 motocicletas, 14 a 20 ônibus e 0 a 5 tratores e no último grupo, o grupo D, o restante dos municípios, com menos de um mil veículos cada.

Figura 11- Distância entre os municípios em função da frota veicular, analisada em razão do número de carros pequenos, caminhonetes, motos, tratores, ônibus e caminhões.



É preciso um número de veículos compatível com o número de moradores para fazer o transporte de pessoas e materiais necessários ao crescimento de uma cidade, porém, um número menor na frota pode ser indicador de desenvolvimento sustentável, já que existem várias pesquisas voltadas para o aumento da emissão de ozônio (O<sub>3</sub>) e outros gases oriundos dos veículos automotores. Segundo a revista Eco Brasília, “o aumento da frota de veículos dificulta o controle das concentrações do O<sub>3</sub>, além de aumentar a emissão direta dos outros poluentes atmosféricos”. Cortes e Carneiro, 2014, em seu trabalho intitulado “Comparação entre Crescimento da frota de veículos automotores movidos à gasolina na cidade de São Paulo e níveis de emissões de poluentes”, relatam sobre a preocupação atual com as questões da saúde, associada à poluição do ar e também discorrem sobre o aumento da frota veicular da

cidade de São Paulo devido seu crescimento populacional, associado à falta de investimentos para a expansão e melhoramento do transporte público coletivo e ao incentivo do governo em prol da aquisição de veículos novos, como forma de aquecer a economia, o que parecem ser argumentos válidos para outras cidades também.

Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, conhecida por ser “a capital brasileira da uva e do vinho”, possui um IDHM alto (0,778), ocupando a 145<sup>o</sup> posição no ranking brasileiro de municípios pelo IDH, tem uma frota de 79.923 veículos, sendo desses 368 ônibus e uma população de 113 mil habitantes (IBGE, 2015), em tamanho populacional equivale no Amapá à cidade de Santana, com 110 mil habitantes (IBGE, 2015), um IDHM médio (0,692), ocupando a posição no mesmo ranking nacional de 2.134<sup>o</sup> lugar e uma frota de pouco mais de 23.000 veículos, sendo desses 167 ônibus. Nessa comparação vemos que Bento Gonçalves possui mais que o triplo de veículos de Santana, e indicadores relacionados ao desenvolvimento mais altos também, o que pode levar a acreditar que quanto mais veículos, mais desenvolvida a cidade. Quando analisa-se o transporte coletivo, também chega-se à mesma conclusão, já que primeira cidade tem mais que o dobro de ônibus da segunda.

Porém quando o foco é o desenvolvimento de forma sustentável, cidades com frotas menores saem na frente, mas para afirmar que os municípios amapaenses estariam bem colocados seria necessário levar em consideração outras formas de transportes, como trens, metrô, bicicletas e qualquer forma coletiva, menos ou não poluente. Vitória do Jari, com pouco mais de 14.000 habitantes, possui indicadores muito parecidos com o município de Teixeira, na Paraíba, com a mesma população, os dois estão na posição mediana, com relação ao IDH, sendo que o município amapaense possui uma frota 18 vezes menor que a cidade paraibana. Com apenas quatro ônibus, e menos de 100 automóveis, Vitória do Jari sofre com o isolamento, como já visto no tópico “Isolamento do Território”, dos fatores condicionantes ao desenvolvimento.

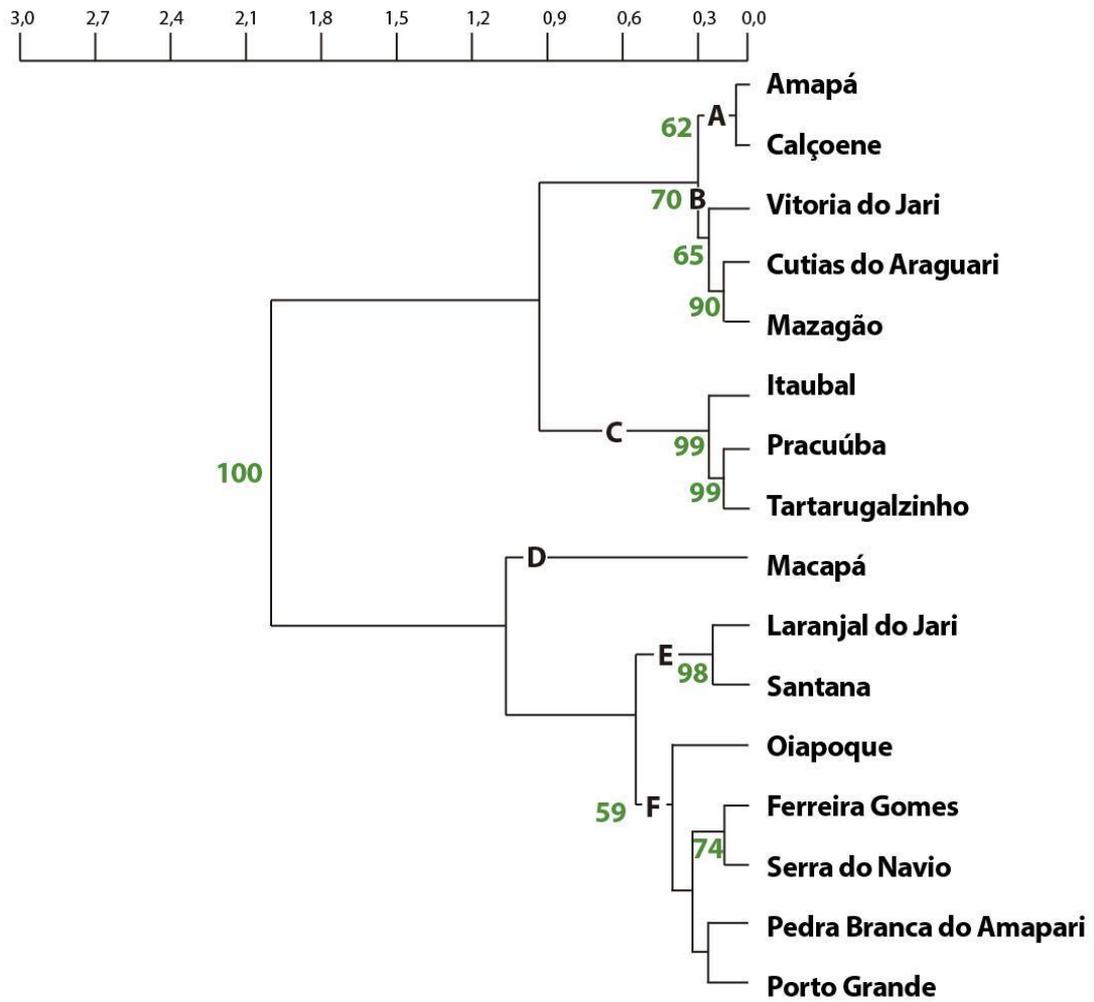
#### 4.3 EFEITOS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Efeitos do processo de desenvolvimento podem ser entendidos como o produto da interação entre fatores condicionantes e as características do modelo de desenvolvimento e são observados por meio da análise de indicadores relacionados à melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, escolheu-se indicadores voltados para a análise da elevação da renda e redução da pobreza, êxodo rural, melhorias das condições de vida da população e escolaridade. Marinho et al. (2011) acreditam que já foi provado, através de diversos trabalhos publicados, como os de Anderson (1964), Thornton et al. (1978) e Hirsch (1980), que o crescimento econômico ajuda a diminuir a pobreza através da expansão do número de empregos e do aumento do salário. “A ideia essencial é que embora o crescimento primeiramente beneficie aquelas pessoas nas porções superiores da distribuição de renda, o crescimento robusto tende a beneficiar aqueles que estão no quintil mais baixo da distribuição de renda” (MARINHO ET AL., 2011).

Outra corrente de pesquisadores alega que a expansão econômica pode não ter efeito estatisticamente significativo na pobreza agregada, já que os salários reais podem estar estagnados, como o economista indiano Nanak Kakwani, que criou em 2004 um modelo de cálculo para medir a pobreza, levando em consideração não só a renda, mas também outras necessidades de consumo, e Hoffman (2005), que assinala que o crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas redistributivas, para que possa alcançar as camadas mais pobres da população. Observou-se a formação de seis grupos quando se considerou renda domiciliar per capita, percentual de não pobres, percentual de empregados com carteira assinada, percentual de extremamente pobres e o percentual de pobres (Figura 12).

No grupo A, agruparam os municípios que apresentam renda domiciliar per capita em torno de R\$ 500,00 e um percentual de não pobres baixo, por volta de 35%. No segundo grupo, os municípios que apresentam renda domiciliar per capita de aproximadamente R\$ 400,00, se destacando Vitória do Jari, com o número médio de 1.000 empregados com carteira assinada; no grupo C, os municípios que apresentam renda domiciliar per capita média de R\$ 300,00; no grupo D, ficou a capital Macapá, onde observa-se uma renda domiciliar per capita de, R\$ 800,00; no E, Laranjal do Jari e Santana, com uma renda domiciliar per capita por volta de R\$ 500,00, mas com um percentual de não pobres “alto”, em torno de 65% e no último grupo agruparam os municípios que apresentam renda domiciliar per capita entre R\$ 400,00 a R\$ 800,00 e percentual média de não pobres de 50%.

Figura 12- Distância entre os municípios em função da renda e da pobreza, analisadas através da renda domiciliar per capita, percentual de não pobres, percentual de empregados com carteira assinada, percentual de extremamente pobres e o percentual de pobres



O município de Macapá apresenta uma renda per capita elevada combinada com um alto número de empregos com carteira assinada e o maior índice de não-pobres e o menor de extremamente pobres (5,89%) e pobres (18,15%), quando comparado com os outros municípios amapaenses. Por outro lado, Oiapoque possui uma alta renda domiciliar per capita, equivalente a de Macapá, contrastando com um baixo percentual de empregados com carteira assinada e um percentual médio de extremamente pobres, assim como todo o grupo F. Ao contrário da maioria dos municípios amapaenses, Oiapoque teve um aumento significativo no tópico “extremamente pobres” indo de 15,59% em 1991, para 17,28% em 2000 e 21,31%, em 2010, juntamente com o município de Itaubal, que também teve um aumento de “extremamente pobres”, nesse caso de mais de 100%, indo de 14,45% em 1991, para 31,49% em 2000 e 33,09% em 2010, combinando com o menor percentual de não pobres do Estado, apenas 3,22% e o maior índice de pobres, 63,69%.

Pracuúba, que se enquadra no mesmo grupo de Itaubal, também possui um alto número de extremamente pobres (37,72%), sendo o maior índice de todo o estado. Vitória do Jari, que se enquadra no grupo B, combina um número alto de empregados com carteira assinada com uma baixa renda domiciliar per capita, menos de 370,00, dividindo esse grupo com Cutias e Mazagão, todos com um percentual de pobres em torno de 43%. Laranjal do Jari e Santana (grupo E), que apresentam uma renda domiciliar per capita relativamente baixa, em torno de R\$ 500,00, possuem os melhores percentuais de empregados com carteira assinada, ficando atrás somente da capital, Macapá, trazendo para baixo o percentual de extremamente pobres, em torno de 8%, e para cima o de não pobres, em torno de 65%, o que leva a confirmar o estudo de Hoffman (2005), sobre melhor distribuição de renda, já que estes possuem uma renda menor que Oiapoque, com estatísticas muito mais positivas que tal município. Já os municípios do grupo A (Amapá e Calçoene), possuem a média de renda domiciliar per capita igual do grupo E, porém com metade do percentual de “não pobres” do grupo E, aproximadamente, 35%.

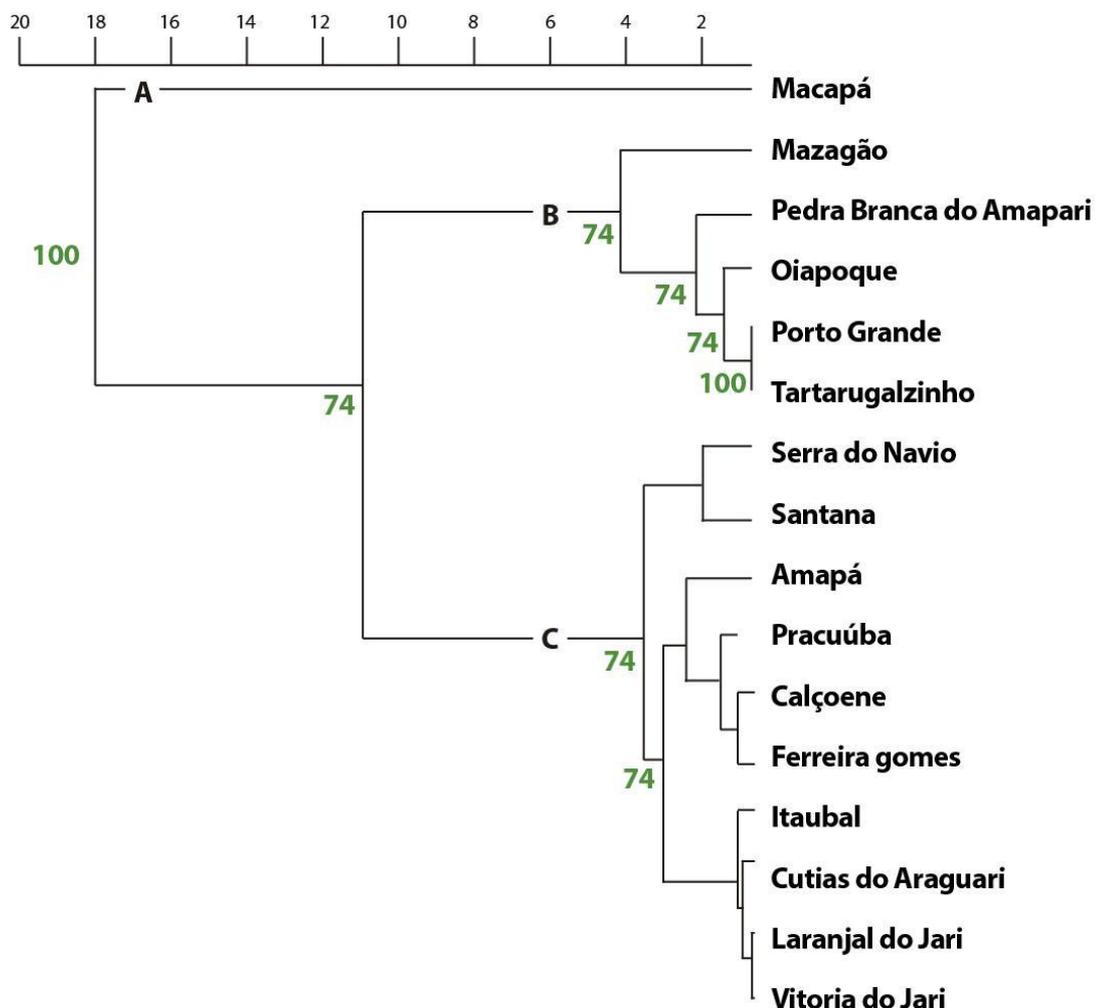
Para fins de entendimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2009) considera “extremamente pobres” aqueles em que a renda domiciliar per capita é de até R\$ 67,00; “pobres”, aqueles com renda de R\$ 67,00 a R\$ 134,00; “vulneráveis a pobreza” os que ganham de R\$ 134,00 a R\$ 465,00 e “não pobres”, acima de R\$ 465,00 e renda domiciliar per capita, segundo o IBGE, é a renda individual de cada membro da família, somada e dividida pelos mesmos. No mundo existem diversos valores que podem representar essas faixas, o Banco Mundial, por exemplo, considera a linha de pobreza 1,90 dólares por dia, valor

atualizado em 2015, porém, não existe valor oficial estabelecido para o Brasil. O IBGE define área urbana como sendo “as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites”, sendo que a mesma definição vale para a população urbana e rural.

Segundo Abramovay (2000), o Brasil segue, muito lentamente, um modelo internacional vindo dos países desenvolvidos, que é o aumento da população nas áreas rurais, porém não ligadas somente a agricultura, com suas rendas provenientes também de atividades não agrícolas, a chamada “pluriatividade no meio rural”. O Projeto Rurbano que reunia mais de 40 pesquisadores e era liderado por José Graziano da Silva, em 1997, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP, pelo programa de Núcleos de Excelência (Pronex/CNPq/Finep), pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SDR/MMA) e por dois núcleos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa, tinha o objetivo de analisar as mudanças ocorridas no meio rural e seus resultados influenciaram políticas públicas agrícolas, que antes não contemplavam agricultores com outras fontes de renda, como por exemplo o turismo rural, a criação de aves exóticas, gastronomia, entre outros.

Schneider (2006) conceitua pluriatividade no meio rural como sendo a “combinação de duas ou mais atividades, em que pelo menos uma delas seja a agricultura”, e acredita que esta seja uma forma de aumentar a diversificação da renda do agricultor e sua família. Alguns municípios brasileiros já são exemplo da pluriatividade no meio rural, fixando moradores no campo com rendas vindas também do turismo rural, como em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul e Venda Nova do Imigrantes, no Espírito Santo. O êxodo rural foi analisado com base em dados referentes à população rural nos anos de 2000 a 2010. Três grupos foram formados (Figura 13).

Figura 13- Distância entre os municípios em razão do êxodo rural, analisadas em função da população rural nos anos de 2000 a 2010.



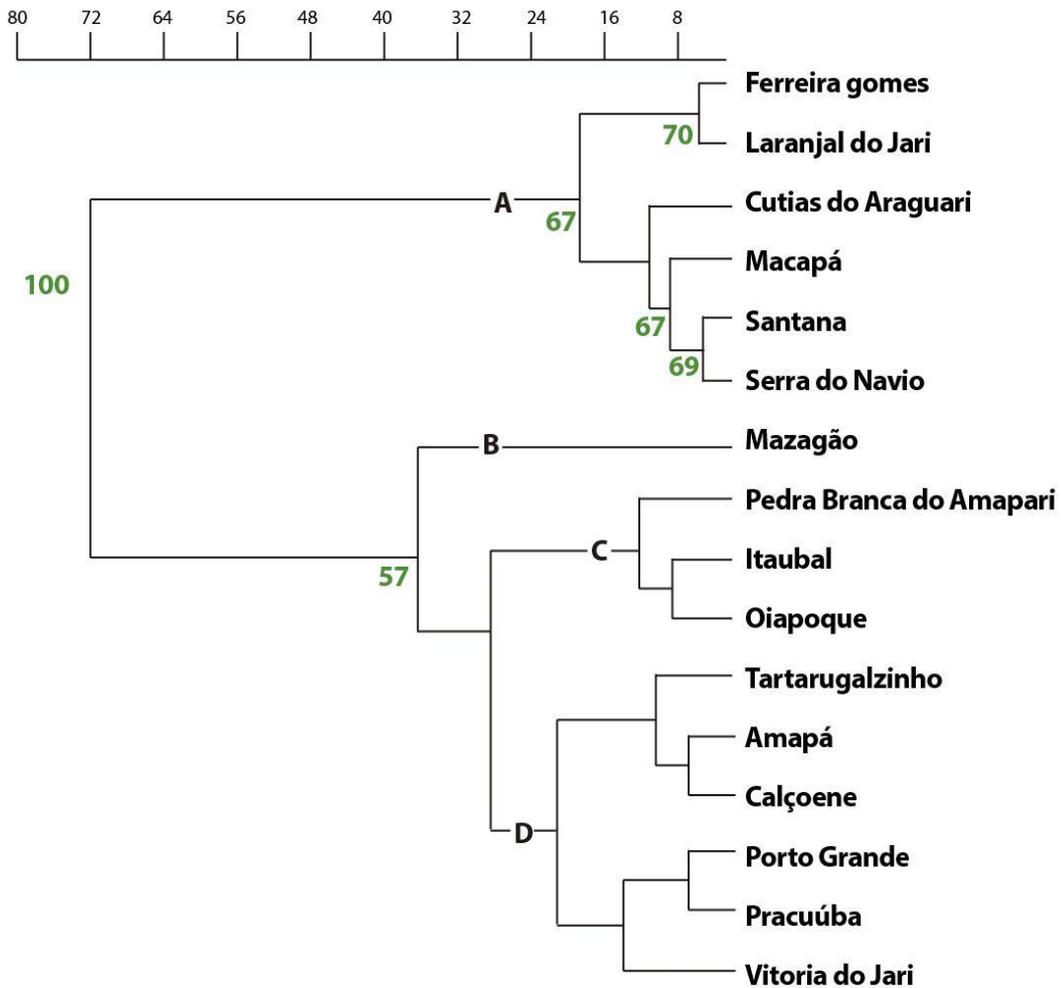
No grupo A, formado somente pela capital Macapá, observou-se aumento na população rural de mais de 6.000 pessoas; no grupo B, enquadraram-se os municípios onde o aumento da população rural variou entre 1.500 a 2.000 pessoas, e no grupo C, subdividido em 3 grupos, municípios onde o aumento ficou abaixo de 800 pessoas, sendo no primeiro subgrupo (Serra do Navio e Santana) enquadrado os municípios na faixa de -2.500 a -100; no segundo subgrupo (de Amapá a Ferreira Gomes), municípios que foram de -99 a 300, e no terceiro subgrupo (Itaubal a Vitória do Jari) os municípios na faixa de 301 a 800 pessoas. Destaque para Santana, Serra do Navio e Amapá, onde o número foi negativo, ou seja, houve diminuição da população rural nesses municípios.

O êxodo rural diminuiu no Estado do Amapá na década de 2000 a 2010. Os únicos municípios onde não se percebe esse efeito é em Santana, Serra do Navio e Amapá, os dois primeiros com números bem expressivos, podendo ser causados pelas empresas mineradoras fixadas na região, atraindo mão de obra das zonas rurais para a urbana. Acredita-se que o crescimento da população rural no Amapá não seja fruto de uma pluriatividade no meio rural, e sim, do crescimento natural das áreas rurais, voltados ainda exclusivamente para a questão agrícola, diferente da tendência existente desde a década de 1990 no restante do Brasil.

Abramovay (2000) acredita que é pela valorização e fortalecimento das organizações locais, ressaltando as aptidões de cada lugar que pode haver um desenvolvimento local/regional, evitando assim o êxodo rural, ao invés da criação somente de políticas agrícolas impostas ao homem do campo. Para avaliar as melhorias nas condições de vida da população amapaense levou-se em consideração a esperança de vida ao nascer (em anos), mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos), percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada, percentual da população em domicílios com energia elétrica e o percentual da população em domicílios com coleta de lixo (somente para população urbana).

O grupo A foi formado pelos municípios que apresentam os maiores percentuais de população com acesso a banheiro e água encanada, acima de 60%. No grupo B, ficou o município de Mazagão, que apresenta o menor percentual de coleta de lixo (75%), o menor percentual da população em domicílios com energia elétrica (85%) e o segundo menor percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada (29%). No grupo C, se enquadraram os municípios com resultados intermediários, com percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada em torno de 45%, e, por fim, no grupo D, estão os municípios com baixo percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada, menos de 38%, porém, com melhores resultados em outros itens, estando acima do grupo B, com relação à coleta de lixo, energia elétrica e percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada (Figura 14).

Figura 14- Distância em função das melhorias das condições de vida da população amapaense, analisadas em razão da esperança de vida ao nascer (em anos), mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos), percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada, percentual da população em domicílios com energia elétrica e o percentual da população em domicílios com coleta de lixo (somente para população urbana)



Com relação ao IDH, que analisa a expectativa de vida ao nascer, educação e o PIB, as cidades com os maiores IDH são Macapá (0,733) e Serra do Navio (0,709) que estão juntas no grupo A. Municípios com IDH mais alto que os demais, foram enquadrados em grupos mais baixos, como Oiapoque, que apesar de ter IDH 0,658, foi enquadrado no grupo C,

devido a mortalidade infantil alta, de 20 para cada mil nascidos vivos, e Amapá com IDH 0,642, no grupo D, devido ter apenas 35% da população em domicílios com banheiro e água encanada. Itaubal, apesar de ter o menor IDH do Estado (0,576), apresenta altos índices de coleta de lixo (índice calculado somente para área urbana), o que o faz subir para o grupo C, de indicadores com resultados medianos, o mesmo de Pedra Branca do Amapari e Oiapoque. Todos os indicadores foram analisados nos anos de 1991, 2000 e 2010, o que mostra um aumento na “Esperança de vida ao nascer”, em anos, que no ano de 1991 era de 63 anos (média), indo para 67 anos (média), em 2000 e 72 anos (média), em 2010.

A “mortalidade até um ano de idade” apresentou redução, no ano de 1991 era de 50, por mil nascidos vivos, em 2000, 33 por mil nascidos vivos e em 2010, baixou para 19 crianças a cada mil nascidos vivos, em média. Já o percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada aumentou, em 1991 era em média de 17%, variando de 1,11% em Pracuúba, a 62% em Macapá, em 2000 variou de 3,84% em Vitória do Jari a 57,66% em Macapá, com uma média de 26% e em 2010 era em média 48%, variando de 24,9% em Vitória do Jari a 74% em Macapá. O percentual da população em domicílios com energia elétrica também aumentou, em 1991 era em média 60%, passando para 84% em 2000 e 94,5% em 2010 assim como o percentual da população em domicílios com coleta de lixo, que era em média de 32%, em 1991, indo de 3,75% em Calçoene a 100% em Serra do Navio, em 2000, era de 62,5%, indo de 9,23% em Itaubal a 100% em Serra do Navio e em 2010 chegou à média de 93%, indo de 74,92% em Mazagão a 100% em Itaubal.

Para análise da escolaridade (Figura 15) foram coletados dados referentes à expectativa de anos de estudo, que refere-se à perspectiva de anos de estudo que uma criança em idade escolar pode ter, percentual de taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais, taxa de escolarização, referente ao ensino fundamental (7-14 anos), taxa de escolarização, referente ao ensino médio (15-17 anos), taxa de analfabetismo de crianças e jovens de 10 a 15 anos e taxa de analfabetismo de pessoas de mais de 15 anos, no ano de 2010. No diagnóstico da escolaridade, o indicador “expectativa de anos de estudo” foi analisado em três períodos, 1991, 2000 e 2010, mostrando que neste tópico houve um aumento ao longo do tempo em todos os municípios. No indicador “taxa de escolarização”, analisou-se a taxa de escolarização líquida, que segundo o IBGE é a percentagem dos estudantes de um grupo etário, em relação ao total de pessoas, do mesmo grupo etário.

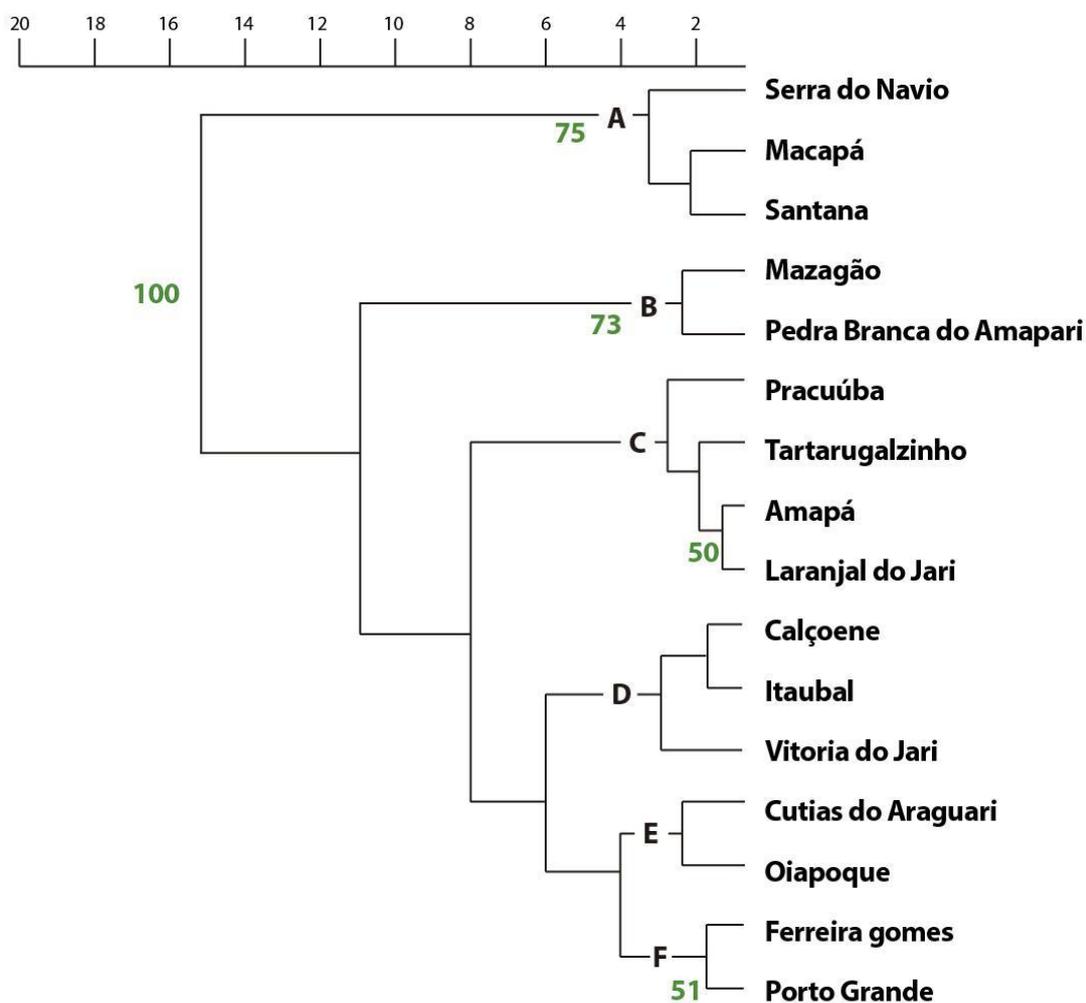
No grupo A agruparam os municípios com taxa de escolarização mais elevada entre os jovens de 15 a 17 anos, 29,1%, e taxa de analfabetismo entre 2% e 5%, nos jovens de 10 a 15 anos. No grupo B, agruparam os municípios com as maiores taxas de analfabetismo, variando

entre 14 e 16% nos jovens de 10 a 15 anos e de 26 a 29%, nos jovens com mais de 15 anos. No grupo C, estão os municípios com taxas de escolarização, entre os jovens de 15 a 17 anos, mais baixas, variando entre 5% em Pracuúba a 11% em Tartarugalzinho e as taxas de analfabetismo em torno de 9% na faixa de 10 a 15 anos, e 18% na faixa de 15 anos ou mais. No grupo D, os municípios com taxa de escolarização de 7 a 14 anos média de 82%, e de 15 a 17 anos, média de 14%; e taxa de analfabetismo de 10 a 15 anos média de 7,6%, e acima de 15 anos, média de 17,9%.

No grupo E, os municípios com uma taxa de escolarização média de 18,9% entre jovens de 15 a 17 anos e uma alta taxa de analfabetismo, na faixa de 10 a 15 anos, em média de 11,6%, e 17,5% na faixa de 15 anos ou mais; por último o grupo F, com Ferreira Gomes e Porto Grande, agrupados devido as suas altas taxas de escolarização de 15 a 17 anos, em torno de 28,10%, e taxas de analfabetismo média de 9,6% e 18,8%, nas faixas de 10 a 15 anos e mais de 15 anos, respectivamente. Os municípios com melhores resultados, de 7 a 14 anos, são Pracuúba, com 95,6%, Ferreira Gomes, com 93,7% e Santana, 91,7%. Já na faixa de 15 a 17 anos, são os municípios de Macapá, com 34%, Ferreira Gomes, com 30% e Santana, com 29,4%.

Os piores resultados na primeira faixa etária são encontrados em Mazagão, com 76% e na segunda faixa etária em Pracuúba, com 5,3%. A taxa de analfabetismo de 10 a 15 anos varia de 2,4% em Serra do Navio, sendo esse o menor índice, seguido por Macapá 4,7%, a 16%, em Mazagão, e a taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais varia de 9% em Macapá a 29% em Mazagão, ficando este com as piores taxas de analfabetismo entre todos os municípios do Estado. Com relação a taxa de alfabetização, faixa etária de 10 anos ou mais, o município de Mazagão tem novamente o índice mais baixo, 81,3%, e Macapá o maior índice, 94,1%. Macapá, Santana e Serra do Navio, são os melhores municípios com relação à escolaridade, tendo este último as melhores expectativas de anos de estudo, 10,5 anos. Já Mazagão e Pedra Branca do Amapari possuem os mais baixos índices, com expectativas de anos de estudo de 8,3 anos e 7,5 anos, respectivamente.

Figura 15- Distância entre os municípios em razão da escolaridade, analisadas em função da expectativa de anos de estudo, que refere-se à perspectiva de anos de estudo que uma criança em idade escolar pode ter, percentual de taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais, taxa de escolarização, referente ao ensino fundamental (7-14 anos), taxa de escolarização, referente ao ensino médio (15-17 anos), taxa de analfabetismo de crianças e jovens de 10 a 15 anos e taxa de analfabetismo de pessoas de mais de 15 anos, no ano de 2010.



Para um melhor entendimento e visualização geral dos resultados aqui apresentados, elaborou-se uma síntese com todos os municípios e indicadores utilizados na pesquisa, mostrando as formas de aglomeração nos três grupos de indicadores escolhidos para análise, os fatores condicionantes do desenvolvimento, as características do desenvolvimento e os efeitos do processo de desenvolvimento (Quadro 03).

**Quadro 03** - Municípios amapaenses de acordo com o grupo ao qual foram enquadrados nos indicadores dos fatores condicionantes do desenvolvimento, características do desenvolvimento e efeitos do processo de desenvolvimento.

Indicadores/ Municípios	Fatores condicionantes					Características do desenvolvimento				Efeitos do desenvolvimento			
	I	II	I	IV	V	I	VII	VIII	IX	X	XI	II	XIII
Macapá	A	A	A	A	B	A	B	A	C	A	D	A	A
Santana	A	B	B	D	B	B	B	E	F	C	E	A	A
Laranjal do Jari	B	C	C	D	B	C	A	E	D	C	E	A	C
Amapá	C	C	D	C	B	E	B	C	B	C	A	D	C
Calçoene	C	C	D	C	C	E	B	D	E	C	A	D	D
Itaubal	C	C	D	C	C	E	C	C	B	C	C	C	D
Pracuúba	C	C	D	C	A	E	C	D	F	C	C	D	C
Cutias	C	C	D	B	A	E	B	C	A	C	B	A	E
Ferreira Gomes	C	C	D	D	C	E	B	D	F	C	F	A	F
Serra do navio	C	C	D	D	B	E	B	D	E	C	F	A	A
Vitória do Jari	C	C	E	D	A	E	C	D	F	C	B	D	D
Mazagão	C	C	E	D	A	E	B	B	E	B	B	B	B
Pedra Branca	C	C	E	D	B	E	B	C	E	B	F	C	B
Oiapoque	C	C	E	D	B	C	C	E	D	B	F	C	E
Porto Grande	C	C	E	A	C	C	C	C	F	B	F	D	F
Tartarugalzinho	C	C	E	C	C	E	B	E	C	B	C	D	C

I- Isolamento; II- Acesso à educação; III- Riquezas; IV- Presença da agricultura familiar; V- Fatores demográficos; VI- Frota; VII- Atividade agrícola; VIII- Estabelecimentos de saúde; IX- Preservação ambiental; X- Êxodo rural; XI- Elevação da renda e redução da pobreza; XII- Melhoria das condições de vida; XIII- Escolaridade.

## 5 CONCLUSÃO

Com isso, conclui-se que Macapá e Santana possuem os melhores indicadores relacionados aos condicionantes do desenvolvimento tanto ligados à renda, ao isolamento, razão de dependência quanto à educação. Porto Grande se destaca com o maior número de estabelecimentos agropecuários nos indicadores relacionados à agricultura familiar.

Macapá se destaca mais uma vez com relação às características do desenvolvimento, nos indicadores relacionados à saúde e a frota de veículos. Na atividade agrícola Laranjal do Jari se sobressai com o maior valor de produção por hectare. Itaubal apresenta a menor área desmatada nos indicadores ambientais e Porto Grande a maior.

Por fim, Macapá apresenta os melhores resultados em todos os indicadores dos efeitos do processo de desenvolvimento. O município de Serra do Navio apresenta indicadores que sinalizam para “melhorias das condições de vida” e da “escolaridade” e os municípios de Laranjal do Jari e Santana, para “elevação da renda e redução da pobreza”. O município de Mazagão, apresenta os piores indicadores relacionados à “melhorias das condições de vida” e da “escolaridade”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como há entre os estados brasileiros, observou-se que os municípios do Amapá apresentam diferentes níveis de desenvolvimento. Não houve neste trabalho a pretensão de criar um modelo absoluto ou elucidar todas as razões pelas quais essas diferenças existem, mas sim de colaborar com a compreensão, por uma perspectiva ainda pouco analisada, dos motivos pelos quais um Estado com tanto potencial, em especial do ponto de vista dos recursos naturais, se apresenta tão pouco aproveitado e seus municípios em graus de desenvolvimento tão heterogêneos.

A riqueza de informações detalhadas dos dezesseis municípios produzidas a partir desse trabalho pode contribuir com a construção de um futuro Plano Integrado ou Territorial de Desenvolvimento para o Estado, tendo em vista que o Amapá não possui um instrumento dessa natureza. Este plano pode ajudar a criar e gerir políticas públicas, parcerias públicas privadas e alimentar planos estratégicos de diferentes instituições com vistas a aumentar a eficácia e a eficiência no atendimento das necessidades reais da população e com efeito sobre o grau de integração e desenvolvimento entre os municípios.

Os resultados demonstraram diferenças entre os municípios, quais os condicionantes que permitem o desenvolvimento em certos municípios, e quais são as consequências disto para a população e para o ambiente físico, colaborando para a identificação do que precisa ser melhorado e o que pode servir de exemplo em um município para os demais. Por um lado, a distância do restante do país; a baixa densidade demográfica; o isolamento das áreas rurais; a dificuldade de acesso pelas estradas ao interior do Estado; a dificuldade de comunicação; baixos PIB, IDHM e IDR e a pequena representatividade dos setores primário e secundário no PIB, se contrapõem a presença de recursos naturais; fator de produção Terra; disponibilidade de minério; potencial energético dos cursos d'água para construção de hidrelétricas e agropecuária em expansão.

## 7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios impostos pela volta do homem ao campo**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 2 out. 2000. p. A3.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?**. Novos Estudos, 2010

ALENTEJANO, P. R. R. O Que há de Novo no Rural Brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

AMAPÁ, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. **Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima Projeto Orla**. Disponível em: [http://www.iepa.ap.gov.br/metadados/instituicoes/iepa/projetos/orla/documentos/Projeto%20de%20Gest%C3%A3o%20Integrada%20da%20Orla%20Estuarina\\_Santana.pdf](http://www.iepa.ap.gov.br/metadados/instituicoes/iepa/projetos/orla/documentos/Projeto%20de%20Gest%C3%A3o%20Integrada%20da%20Orla%20Estuarina_Santana.pdf) . Acessado em: 15 out. 2015.

AMAPÁ, **Portal da Cidadania**. Disponível em: [http://www.portaldoamapa.com.br/pagina.asp?id\\_pagina=594](http://www.portaldoamapa.com.br/pagina.asp?id_pagina=594). Acessado em: 09 nov.2015.

\_\_\_\_\_. **Ministério Público do Amapá**. Disponível em: <http://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/4532-mp-ap-participa-de-debate-promovido-pela-oab-ap-sobre-impactos-socioambientais-no-rio-araguari>. Acessado em: 11 de ago. 2016.

ANDERSON, W. (1964). **Trickling down**: The relationship between economic growth and the extent of poverty among American families. *Quarterly Journal of Economics*, 78:511–524.

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; AREOSA, Antonio Luiz. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 7, n. 1, p. 138-150. jan./jun. 2008

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação / referências / elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos- apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARBOSA, Gisele Silva. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Visões. v.1,n.4, ed.4, jan./jun. 2008.

BATISTA, Leda Hortêncio; ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de; **Desenvolvimento Sustentável**: Novos rumos para a humanidade. Revista Eletrônica Abore- Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, 03 ed., 2007. Disponível em: <[http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos\\_3/Ieda%20Hortencio%20Batista.pdf](http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Ieda%20Hortencio%20Batista.pdf)> Acesso em: 06 fev. 2015.

BEGNINI, Sergio. Desenvolvimento rural: os municípios e as mesorregiões catarinenses. In: **Viii Encontro De Economia Catarinense**, 2014, Rio do Sul. Disponível em: [http://www.apec.unesc.net/VIII\\_EEC/sesoes\\_tematicas/1%20-%20Desenv.%20Social%20Ambiental/DESENVOLVIMENTO%20RURAL.pdf](http://www.apec.unesc.net/VIII_EEC/sesoes_tematicas/1%20-%20Desenv.%20Social%20Ambiental/DESENVOLVIMENTO%20RURAL.pdf) . Acessado em 25 jan 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 141, 25 jul. 2006. Seção I, p. 1.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915). Acessado em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **A PNDR em dois tempos**: A experiência apreendida e o olhar pós 2010, Brasília, Novembro 2010. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>. Acessado em: ago. 2105.

\_\_\_\_\_. **Ministério Do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf> . Acessado em 16 Jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Emissão de Extrato de DAP pessoa física**. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaMunicipio.aspx>. Acessado em: 28 Jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social E Combate À Fome**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> . Acessado: em 16 Jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao> Acessado em: 27 mar 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Crescimento e desenvolvimento econômico.** Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de, 2008.

BRUNDLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins - **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local.** Análise de alguns aspectos de política econômica regional. Gestão e Desenvolvimento. Viseu. ISSN 0872-556X. Nº 9 (2000), p. 103-136.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade.** São Paulo: Editora RCS, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto Caporal; RAMOS Ladjane de Fátima. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D.C.C; MONTEIRO, M.A. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural.** Belém, UFPA: NAEA, 2006a.p.27-50.

CARVALHO, O. **Desenvolvimento regional: um problema político.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

CHANG, Ha-Joon. Patada a laescalera: **La verdadera historia del libre comercio.** Trabalho apresentado na conferencia sobre “Globalisation and the Myth of Free Trade” celebrada na New School University de Nova York, 18 de abril de 2003.

CNA. **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Índice de Desenvolvimento Rural (IDR): um Retrato dos Municípios Brasileiros.** Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_tematicas/Credito/7RO/App\\_CN A\\_Credito.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Credito/7RO/App_CN A_Credito.pdf) . Acessado em: 11 fev. 2015.

COLONNA, JuliannaValevski Cardial; MORETTO,Evandro Mateus. **Isolamento territorial e desenvolvimento:** um estudo de caso dos bairros jardim são francisco e jardim piratininga, são paulo – sp, Iv congresso brasileiro de educação ambiental aplicada e gestão territorial, Porto Velho, Rondônia, 2014.

CONTERATO, Marcelo Antonio; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sergio. (Org). **Pesquisa em desenvolvimento rural:** aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

CORTES, Pedro Luiz; CARNEIRO, Alexandre J. S.. **Comparação entre Crescimento da frota de veículos automotores movidos a gasolina na cidade de São Paulo e níveis de emissões de poluentes**. In: XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 16, 2014, São Paulo. Anais... São Paulo, 2014.

COSTA, Janayna Santos de Sousa; **Desenvolvimento dos Municípios Amapaenses: Uma Análise Sob a Ótica de Indicadores Ambientais**. In: I Seminário Potiguar de Agroecologia e Meio Ambiente. Mossoró, 2016.

DAMASCENA JÚNIOR, Manoel Alves. **Diferença entre tabela e quadro**. Primavera do Leste: Tudo sobre monografia, 2012. Disponível em: <http://www.tudosobremonografia.com/search/label/Diferen%C3%A7a%20entre%20Tabela%20e%20Quadro> . Acesso em: 15 jul. 2016.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia, Belo Horizonte, v.19, n. 2, p. 227-249, mai/ago. 2009.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo P. **O Amapá nos tempos do Manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico-1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

FAVARETO, Arilson; DA VEIGA, José Eli. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. FAPESP, 2007.

FERREIRA, José Francisco de Carvalho. **A sustentabilidade do alto douro vinhateiro: realidade ou utopia?** Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região. 2012. 532 f. Tese (Doutorado em Geografia e Planeamento Territorial) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

FOCHEZATTO, Adelar. **Desenvolvimento Regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. O ambiente regional**. (Três décadas de economia gaúcha, v.1). In CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (Org.). O ambiente regional. Porto Alegre: FEE, 2010.

FUNK, Fabiana; BORGES, Maria Antonieta Mendes; SALAMONI, Giancarla. **Pluriatividade: uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS**. Geografia (Londrina). Londrina, v. 15, n. 2. jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/geografia>. Acessado em: 28 mai. 2016.

G1 AMAPÁ. **Amapá tem o segundo menor índice de desmatamento florestal, diz ONG**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/04/amapa-tem-o-segundo-menor-indice-de-desmatamento-florestal-diz-ong.html>. Acessado em: 03 jul. 2016.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y praxislatinoamericana**, v. 16, n. 53, 2011.

\_\_\_\_\_. Buen Vivir: today's tomorrow. **Development**, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

HIRSCH, Barry. T. **Poverty and economic growth**: Has trickle down petered out? *Economic Inquiry*, 18:151-157.1980.

IBGE. **Censo agropecuário**: agricultura familiar 2006. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1466&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1). Acessado em: 26 out.2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=160010&search=amapa|ama pa> .  
Acessado em: 30 jul 2015.

\_\_\_\_\_. Contas Nacionais. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 2011.

ICCA. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: Questões para debate. Brasília, 2006. 136 p.

INCRA. **Tabela módulo fiscal**. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acessado em: mar. 2015.

IZIQUE, Claudia. O Brasil rural não é só agrícola. **Revista Pesquisa FAPESP**- Edição especial 50 anos Fapesp, São Paulo, SP, p.202-207, abr. 2011.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: Conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v.21, n.3, p.379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural**: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Organizações sustentáveis**: utopias e inovações. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. 330 p.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. **Rev. Bras. Econ.[online]**. 2011, vol.65, n.3, pp.267-288. ISSN 0034-7140. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402011000300003> .

MELO, Carmem Ozana. PARRÉ, José Luiz. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol 45, n. 2, abr/jun, 2007, p. 329-265.

MELO, Laila Pinheiro de. **Tipologia de agricultores familiares no estado do Amapá com base em indicadores de renda**. Macapá, 2013. 51p.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete taxa de escolarização. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/taxa-de-escolarizacao/>>. Acesso em: 19 de jul. 2016.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: Uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. **Erradicar a pobreza extrema**: um objetivo ao alcance do Brasil. Texto para Discussão n. 1.619, Brasília: Ipea, 2011.

PAES DE BARROS, Ricardo et al. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Texto para discussão, n. 986. Rio de Janeiro: IPEA, out/2003.

PAIVA, P.T.A.; WAJNMAN, S. Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> . Acessado em: 14 dez.2014.

REIS, A. C. F. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949.

RODRIGUES, Edgar. **O Estado e sua História**. Amapá, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. São Paulo: Editora Garamound, 2004. 151 p.

SANTOS, Daniel et al. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014**. Belém, PA: Imazon. 2014.

SANTOS, Valdenira Ferreira dos. et al. **Mecanismos de modificações de curto período na planície costeira do amapá**. In: IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário/II Congresso do Quaternário de Países de Línguas Ibéricas/II Congresso sobre Planejamento e Gestão da Zona Costeira dos Países de Expressão Portuguesa, 2., 2003, Recife. Anais... Publicação em CD Rom. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Quaternário.

SANTOS, Valdenira Ferreira dos. **Ambientes costeiros amazônicos: avaliação de modificações por sensoriamento remoto**. 2006. 306 f. Tese (Doutorado em Geologia e Geofísica Marinha) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

SCHLINDWEIN, Cleiton Mateus; CARDOSO, Bárbara Françoise; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), Paraná, v. 6, n. 3, p. 361-375, set./dez. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio; et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p. 137-165. 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p. 37-67, jan/abr.2002.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. **A Evolução Política, Demográfica e Sócio-Econômica do Amapá**. Coordenação do Curso de História, Universidade Federal do Amapá, Unifap. Macapá, AP, 1995. 101p

THORNTON, J. R.; AGNELLO, R. J.; LINK, C. R. (1978). Poverty and economic growth: Trickle down peters out. **Economic Inquiry**, 16:385–394

VEIGA, José Eli da. Indicadores de Sustentabilidade. **Estud.av. [on line]**,2010, vol. 24, n. 68, pp. 39-52.ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100006> .

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o rural como espaço singular e ator coletivo. Inédito: Recife, 2001.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, J. A..O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Rev. bras. estud. popul. [online]**. 2006, vol.23, n.1, pp.5-26. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000100002>.